

Quem disse ?

«Temos que dizer aos empresários que não podem continuar a passear os seus lucros naquilo que são os baixos salários»

Jorge Sampaio
Cinema de Faro, 2 de Janeiro



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Arranca em Fevereiro

Novo Sistema Nacional de Protecção e Socorro

O novo modelo de organização do Sistema Nacional de Protecção e Socorro arranca no próximo dia 15 de Fevereiro.

A garantia foi dada, no dia 3, em Faro, pelo secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna.

Segundo Carlos Zorrinho, que presidiu na capital algarvia à cerimónia de assinatura de protocolos entre o Governo e corporações de bombeiros, trata-se de um modelo que se baseia muito na parceria entre as associações de bombeiros, a Administração Central e as autarquias.

Esta parceria, ainda segundo o governante, assenta sobretudo ao nível da gestão e manutenção de aquartelamentos, designadamente no que diz respeito a obras e à obtenção de verbas para a sua realização.

Ao reconhecer que muitos dos quartéis de bombeiros, em especial no interior do País, têm uma dimensão mais cívica do que operacional, Zorrinho defendeu que os financiamentos para a gestão e manutenção dos aquartelamentos não fiquem confinados ao Ministério da Administração Interna. «A componente mais social dos quartéis de bombeiros pode ser objecto de candidaturas e de cofinanciamentos ao nível das ajudas comunitárias de apoio», disse o secretário de Estado.

Nesse âmbito, Carlos Zorrinho disse que o Executivo socialista está disposto a discutir com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) uma outra componente de transferência de gestão de instalações das associações de bombeiros. E isto porque, segundo disse, «poderá ser mais fácil aos municípios fazer esse tipo de candidaturas do que se forem as próprias associações de bombeiros a fazê-las».

Em Faro, Carlos Zorrinho presidiu à cerimónia de assinatura de protocolos com os Bombeiros Voluntários de Albufeira, Silves e Lagos, no valor global de 34.560 contos, destinados a obras de beneficiação e melhoramento de aquartelamentos.

2000 vai deixar marcas socialistas em Portugal

O ano das reformas fiscal e da segurança social Sucessos na presidência da União Europeia

Num ano em que Portugal atravessou uma conjuntura internacional difícil, devido à alta do dólar e à subida dos preços do crude nos mercados internacionais, o Governo prestiou-se no plano externo, assumindo com sucesso a presidência da União Europeia no primeiro semestre, e avançou com importantes reformas no plano interno. Para a memória do ano 2000, ficam duas importantes realizações do Executivo socialista liderado por António Guterres: as reformas da Segurança Social e do sistema fiscal. Com a revisão da Lei de Bases da Segurança Social, o Governo assegurou a sustentabilidade do sistema público para as próximas décadas. Na reforma fiscal, o Governo do Partido Socialista introduziu critérios de justiça e de moralidade, desagregando os impostos da classe média e dos trabalhadores por conta de outrem e criando mecanismos que obrigarão a pagar quem não cumpre as suas obrigações perante o Estado. A direita do PSD e do PP, assim como alguns «lobbies» financeiros não gostaram destes importantes avanços na sociedade portuguesa. PSD e PP foram ainda derrotados na apresentação de duas moções de censura na Assembleia da República. Histórica foi também a vitória por maioria absoluta do PS nos Açores no dia 15 de Outubro.



Política

Jorge Sampaio faz campanha pela positiva Quero um Estado forte que proteja os mais fracos



O candidato do Partido Socialista nas eleições para a Presidência da República continua a marcar uma forte distância em relação aos seus adversários. Enquanto os outros fazem um discurso pela negativa, com pequenas questões, Jorge Sampaio afirma-se pela positiva e pela divulgação de ideias para o futuro de Portugal.

Política

Mensagem de Natal aos portugueses Governo afrontou os «lobbies» com a aprovação da reforma fiscal



No último ano, o Governo foi capaz de levar a cabo uma das mais importantes reformas estruturais da vida nacional, desde o 25 de Abril de 1974. Como lembrou o primeiro-ministro na sua mensagem de Natal, os socialistas já deixaram como marca da sua acção uma maior justiça fiscal, permitindo que os cidadãos que têm sido sujeitos a um maior esforço possam agora ser desagregados nos seus impostos.

O ANO DAS REFORMAS FISCAL E DA SEGURANÇA SOCIAL SUCESSOS NA PRESIDÊNCIA DA UNIÃO EUROPEIA

Num ano em que Portugal atravessou uma conjuntura internacional difícil, devido à alta do dólar e à subida dos preços do crude nos mercados internacionais, o Governo prestigiou-se no plano externo, assumindo com sucesso a presidência da União Europeia no primeiro semestre, e avançou com importantes reformas no plano interno. Para a memória do ano 2000, ficam duas importantes realizações do Executivo socialista liderado por António Guterres: as reformas da Segurança Social e do sistema fiscal. Com a revisão da Lei de Bases da Segurança Social, o Governo assegurou a sustentabilidade do sistema público para as próximas décadas. Na reforma fiscal, o Governo do Partido Socialista introduziu critérios de justiça e de moralidade, desagravando os impostos da classe média e dos trabalhadores por conta de outrem e criando mecanismos que obrigarão a pagar quem não cumpre as suas obrigações perante o Estado. A direita do PSD e do PP assim como alguns «lobbies» financeiros não gostaram destes importantes avanços na sociedade portuguesa. PSD e PP foram ainda derrotados na apresentação de duas moções de censura na Assembleia da República. Histórica foi também a vitória por maioria absoluta do PS nos Açores no dia 15 de Outubro.

Janeiro



Timor-Leste e angolano. Lembrou igualmente que as Forças Armadas afirmam a imagem e o estatuto de Portugal no mundo.

Na mensagem de ano novo que dirigiu aos portugueses, o Presidente da República manifestou a convicção de que Portugal tem hoje razões suficientemente válidas para se orgulhar daquilo que representa no mundo. O País terminou o milénio assumindo protagonismos importantes tanto na União Europeia, como na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Palavras de esperança foram também dirigidas pelo chefe de Estado ao povo de

Fevereiro



relação ao fenómeno da pobreza, que disse apenas ter como finalidade manipular consciências para fins eleitorais.

O Grupo Parlamentar do PS realizou as suas primeiras Jornadas Parlamentares nos Açores. O líder da bancada socialista, Francisco Assis, disse que tratou de uma homenagem ao contributo do Governo Regional dos Açores para a reconciliação dos portugueses com o princípio democrático da autonomia regional. Ao longo dos dois dias de debate, estiveram em Ponta Delgada os ministros do Planeamento e do Trabalho e da Solidariedade. Elisa Ferreira sublinhou a importância dos investimentos da União Europeia nos Açores, na ordem dos 400 milhões de contos, enquanto Ferro Rodrigues denunciou o discurso da direita populista em

Março

Das mais importantes capitais mundiais, chegaram posições qualificando a cimeira de Lisboa sobre emprego e para a sociedade do conhecimento como a mais importante para o futuro da União Europeia após o Tratado de Maastricht. Apesar da oposição portuguesa continuar a fechar os olhos à realidade, a verdade é que a Imprensa internacional foi unânime nos



extremamente vagas. Pelo contrário, a questão austríaca foi rapidamente ultrapassada pela presidência portuguesa. Por outro lado, como sublinhou António Guterres, foram tomadas decisões muito concretas e que se relacionam intimamente com a vida dos cidadãos. Até 2002, escolas e professores dos Quinze Estados-membros da UE terão acesso à Internet e a outros meios tecnológicos. Serão promovidas medidas para um crescimento económico sustentado, tendo em vista o pleno emprego. Finalmente, até 2010 – e também dentro do objetivo de tornar o espaço europeu o mais desenvolvido do mundo –, os chefes de Estado e de Governo fixaram como meta a existência de uma taxa de emprego na ordem dos 70 por cento.

Abril



condenou as «pulsões» demagógicas na vida política – que apenas servem para descredibilizar o regime democrático –, bem como as manifestações promovidas por agentes da PSP. Apelo ainda para a aceleração de reformas nas Forças Armadas e em sectores como a fiscalidade, a saúde e a educação.

elogios ao papel desempenhado por António Guterres para que fosse possível um acordo em áreas fundamentais para o futuro da União Europeia (UE), tanto ao nível do crescimento económico, do emprego, dos sistemas de protecção social e do acesso às novas tecnologias. Na cimeira de Lisboa, também não se confirmaram as visões pessimistas de que o Conselho Europeu seria marcado pela questão austríaca, ou por acordo em matérias

Na sessão solene comemorativa da Revolução de Abril, na Assembleia da República, Jorge Sampaio deixou bem claro que não abdicará de pronunciar-se sobre os grandes temas que se colocam ao Estado, à economia, à sociedade e na defesa dos valores da liberdade e da igualdade. Dentro dos limites colocados pela Constituição da República à sua acção, o chefe de Estado explicou que é seu dever abrir caminhos a novas soluções, estimular consensos, mobilizar as vontades institucionais e apelar à participação. No seu discurso, o Presidente da República também

Maio

O primeiro-ministro salientou em Viana do Castelo a «grande aposta» do Governo numa nova política para melhorar a qualidade de vida e ambiental das cidades. Falando durante o lançamento a nível nacional do Programa Polis, da responsabilidade do Ministério do Ambiente, António Guterres salientou que este projecto visa precisamente a melhoria da qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental. «O Polis significa uma grande aposta em novas políticas para as cidades, sobretudo as médias, para que estas possam ser a coluna vertebral de um país onde haja qualidade de vida e qualidade ambiental», salientou o primeiro-ministro.

Junho

Na sessão solene do dia 10 de Junho, em Viseu, o Presidente da República defendeu a necessidade de o País debater com seriedade o consumo de algumas drogas e de iniciar uma geração de novas políticas de apoio e de recuperação dos toxicodependentes. Em relação ao narcotráfico e aos exploradores da mão-de-obra clandestina, no entanto, o chefe



de Estado insistiu na importância de um combate implacável. Na mesma intervenção, Jorge Sampaio salientou também a necessidade de a CPLP dar novos passos, concretizando projectos que lhe dêem substância e sentido.

Portugal conseguiu cumprir todos os objectivos com a sua presidência da União Europeia. Conseguiu, inclusivamente, fechar um acordo que ficará para a história da União Europeia: o pacote fiscal, que estava num impasse há cerca de 12 anos. No final da cimeira de Santa Maria da Feira, António Guterres era um primeiro-ministro visivelmente satisfeito com os progressos registados no semestre em que coordenou os destinos da União. Verificaram-se avanços nas relações entre a União Europeia e a NATO, em capítulos como as sociedades de informação, o emprego e o combate à exclusão social. Para a história dos Quinze, a cimeira que encorrou a presidência portuguesa também ficará assinalada pela admissão da Grécia à moeda

única. Sobre a questão austríaca, na conferência de imprensa final, António Guterres disse que uma iniciativa dos 14 parceiros do Governo de Viena será anunciada nos próximos dias. Rejeitou com veemência qualquer relação entre a conclusão do pacote fiscal e uma hipotética maior flexibilidade dos restantes Estados-membros em relação à Áustria. Nos dois dias de cimeira, registaram-se igualmente importantes avanços nas negociações com os países candidatos à adesão à União Europeia.



Julho

O primeiro-ministro esteve na Assembleia da República para apontar algumas medidas que serão tomadas a breve prazo. No domínio da fiscalidade, os contribuintes cumpridores vão ser beneficiados com um desagravamento, ao mesmo tempo que serão intensificados os mecanismos de combate à fraude e à evasão fiscal. No debate sobre o estado da nação, António Guterres também teve a oportunidade de

apresentar mudanças no sector da saúde, através da introdução de mudanças no sistema de atendimento dos doentes e pela aposta nos genéricos. Em termos de médio prazo, o chefe do Governo aludiu à necessidade de estender ao maior número possível de famílias computadores com ligação à «Internet». Por outro lado, garantiu que até ao final deste ano, os preços dos combustíveis não voltarão a subir, apesar de ter lamentado que se o PSD estivesse no poder os aumentos teriam sido muito superiores. Ao longo do corrente ano, também garantiu que a generalidade dos trabalhadores conhecerá um aumento sensível do poder de compra. No período de debate com os líderes da oposição, o chefe do Governo voltou a marcar pontos, embora tivesse manifestado a sua surpresa por nenhum deles ter apresentado propostas alternativas às do Governo. Disse, ainda, que não estará disposto a facilitar a vida a quem deseja vê-lo pelas costas e frisou que não, perante dificuldades, nunca optará pelo caminho das facilidades.

O Governo concretizou a reforma da Segurança Social, que apenas foi votada contra pelo PSD e pelo CDS-PP. Esta atitude dos dois partidos provou que, no fundo, não querem que seja promovida qualquer mudança de fundo na sociedade portuguesa. Mais surpreendente, como afirmou o presidente do grupo de trabalho para a reforma da Segurança Social, o deputado do PS Artur Penedos, foi a atitude do PSD, que participou no esforço de consenso da primeira até à última reunião em sede de comissão. Num total de 119 artigos, o PSD apenas votou contra em três e viu algumas das suas propostas serem aceites no esforço de consenso feito.

Agosto

O primeiro-ministro deixou em Esposende um sério aviso às forças da oposição, caso se unam para impedir a aprovação do Orçamento de Estado de 2001. Se as oposições optassem por uma lógica de irracionalidade, levando o País a viver vários meses de duodécimos, o PS não se deixaria encostar à parede e escolheria a espada. Iria à luta em defesa de uma subordinação da política à ética e à moral, mas também em nome da preservação de um Governo com forte consciência social. No primeiro comício após as férias do Verão, o secretário-geral do PS também fez alusão ao começo de um novo ciclo na vida nacional. Um novo ciclo em que reconheceu dificuldades acrescidas, mas também em relação ao qual



apontou novos caminhos e novas soluções. António Guterres assumiu as responsabilidades por alguns erros ou omissões que possam ter sido cometidos pelo executivo. Mas demonstrou como o País está hoje bem melhor nos mais importantes domínios quando comparado com o Portugal dos tempos de Cavaco Silva.

Setembro

A abertura do ano parlamentar foi marcada por mais uma dura derrota para o PSD de Durão Barroso, que lançou uma moção de censura para tentar derrubar o Governo, mas que apenas foi apoiada pelo PP de Paulo Portas. Ao longo do debate, os socialistas conseguiram demonstrar que a moção de censura do PSD apareceu completamente fora de tempo, já sem qualquer motivo de fundo para que a justificasse. Pior do que isso, como salientaram o Governo e o PS, a moção de censura resumiu-se a um acto de disputa entre os dois partidos de direita e foi um acto totalmente irresponsável, porque o PSD se revelou incapaz de apresentar qualquer solução alternativa para o País.

Outubro



O PS alcançou um triunfo histórico nas eleições para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, vencendo com maioria absoluta. O êxito dos socialistas açorianos, liderados por Carlos César, provou que quem procura destruir a estabilidade política, como aconteceu com o PP e o PSD ao longo do primeiro mandato de Governo do PS/Açores, é sempre duramente penalizado pelo povo português.

Novembro

O Orçamento de Estado de 2001 foi entregue aprovado na Assembleia da República com os votos do PS e abstenção do deputado independente Daniel Campelo. As suas linhas gerais são extremamente benéficas para muitos milhares de famílias portuguesas. As despesas sociais do Estado continuarão a crescer no próximo ano. A generalidade dos contribuintes conhecerá um significativo desagravamento fiscal. Por outro lado, quem não cumpre as suas obrigações perante o Estado, vai ser finalmente forçado a pagar. Os salários da Administração Pública terão também um aumento superior à inflação, o mesmo se prevendo em relação à generalidade das pensões, sobretudo as mais degradadas. A estes factores, junta-se ainda uma previsão de crescimento económico que permitirá continuar a combater o desemprego, assim como uma estimativa realista ao nível da inflação. No próximo ano, os preços deverão evoluir de forma mais favorável do que no corrente ano. Estamos assim perante um Orçamento de Estado indiscutivelmente justo em termos sociais.

A Convenção Nacional do PS recebeu em ambiente de euforia Jorge Sampaio. A sua recandidatura à Presidência da República foi aprovada por unanimidade e aclamação por mais de dois mil militantes do partido, que se reuniram nas antigas instalações da Feira Internacional de Lisboa. No seu discurso, Jorge Sampaio sublinhou o seu orgulho em ser socialista. Apelou a todos para se juntarem a ele em mais um combate pela democracia nas eleições para a Presidência da República. Sobre o seu primeiro mandato, o chefe de Estado referiu que nunca pediu nada ao PS, mas também o PS nunca lhe pediu nada. «Teria de ser assim», frisou Jorge Sampaio. Já o secretário-geral do partido referiu que há uma marca socialista no Palácio de Belém, após dois brilhantes mandatos de Mário Soares e um de Jorge Sampaio. Depois, não hesitou mesmo em apontar a abstenção como o único adversário de Sampaio na sua recandidatura à Presidência da República.

Dezembro

Com os votos contra das forças políticas da direita e com os violentos protestos dos «lobbies» instalados na sociedade portuguesa, o Governo concretizou uma das mais importantes reformas de sempre desde a revolução de 25 de Abril de 1974: a reforma fiscal. A partir de 2001, os trabalhadores por conta de outrem e as classes médias vão ser desagravados nos seus impostos. Mas o sistema fiscal também obrigará finalmente a pagar quem tenta fugir. Uma reforma essencial para uma maior justiça e moralidade na sociedade portuguesa.



PRESIDENCIAIS

Fruto das alterações introduzidas na última revisão constitucional, começou oficialmente no último dia do ano passado a campanha eleitoral das eleições para a Presidência da República em que a diáspora portuguesa espalhada pelos quatro cantos do mundo poderá votar. Dos cinco candidatos à eleição, Jorge Sampaio é indiscutivelmente o melhor e o mais bem preparado, continuando a marcar uma forte distância pela positiva em relação aos seus adversários.

Enquanto a generalidade da oposição assenta a sua campanha na crítica ao Governo e ao Partido Socialista, Sampaio preocupa-se com os portugueses, apresenta ideias e propostas, pretende soluções para os problemas e desenvolvimento para o País. Por isso garante que votará em si próprio, porque acredita na sua candidatura.

Nestas eleições, referiu já por diversas vezes o candidato apoiado pelo Partido Socialista, não está em causa o julgamento da actuação do Governo ou do PS, o que está em discussão é o seu mandato e a forma como exerceu a presidência, nada mais. O Governo não será julgado no próximo dia 14. «No dia 14, não se estará a julgar o Governo. As eleições para a Presidência da República representam a escolha de um chefe de Estado». Por isso a motivação de Jorge Sampaio em ser reeleito é forte e não deixa dúvidas, «sou um candidato que quer ser presidente e é essa a minha diferença em relação aos demais candidatos», afirma.

Para Jorge Sampaio, a abstenção é inimiga da democracia, por isso tem insistido para que cada um vote, no sentido que entenda, porque o voto «é a força da nossa democracia. A base da política é vocês puderem tirar e pôr», pois, «se não disserem o que querem, se não escolherem os protagonistas do avanço, como podem depois criticar», perguntou. Aplaudido por milhares de portugueses, Jorge Sampaio tem, nestas últimas semanas, percorrido o País de norte a sul, num contacto directo com as populações, transmitindo uma mensagem de coragem e confiança no futuro, num combate sem quartel ao velho pessimismo. Para Sampaio, os portugueses precisam de se unir para empurrar o presente para o futuro, para vencerem os grandes desafios da globalização. A isso se referiu, esta semana, no comício em Faro, ao apontar três grandes áreas onde é preciso intervir: a educação – apostando na qualidade; a concertação estratégica entre os diferentes parceiros sociais como forma de combate à globalização; e o regular funcionamento das instituições. Mas a educação é efectivamente a prioridade das prioridades, ela é «a maior arma contra a exclusão social e até para enfrentar a toxicod dependência», sublinhou.



LUTAR PELO PLENO EMPREGO COM DIREITOS

Sob o pano de fundo da crise da AD, então no Governo, o «Acção Socialista» de 6 de Janeiro de 1983 um texto de António Sérgio, insigne democrata, resistente antifascista e pensador socialista falecido em 1969, intitulado «A revolta da burguesia em 1383 e a vitória da revolução de 1383-1385», extraído do seu livro «Breve Interpretação da História de Portugal».

Destaque nesta edição ainda para uma importante reflexão dos sindicalistas democráticos reunidos em Bruxelas, numa altura em que o desemprego alastrava por toda a Europa.

Presente neste encontro, a UGT reafirmava que o combate ao desemprego e a luta pelo pleno emprego com direitos era o seu objectivo prioritário. Por outro lado, o nosso órgão oficial publicava na íntegra um extenso comunicado da Comissão Nacional do PS em que era exigida a dissolução da AR e a realização de eleições antecipadas, que esta estrutura considerava ser «um imperativo democrático».

J. C. C. BRANCO

6 de Janeiro

Quem disse?

«UGT consolidou-se, não nas manifestações, mas dentro das empresas e nas fábricas»

Torres Couto



Portugal na nova Europa Guterres quer mais atenção e imaginação

O primeiro-ministro disse no dia 3, em Lisboa, que Portugal vai ter que estar «atento» e ser «imaginativo» para se afirmar numa Europa em profunda mutação e que daqui a dez anos será já muito diferente do que é hoje.

Numa Europa mais alargada e mais heterogénea, com um ou vários núcleos duros, «é absolutamente indispensável que Portugal esteja sempre em todos os núcleos duros que se constituam, é uma questão vital de afirmação nacional», afirmou ainda António Guterres, que falava no âmbito do Seminário Diplomático.

Trata-se de uma Europa onde há o risco de deriva («e a Cimeira de Nice foi disso a prova evidente») para uma lógica de afirmação das grandes potências, «mais

intergovernamental e menos comunitária, ao contrário do que por vezes parece», observou.

O chefe do Executivo socialista, que tinha a seu lado o ministro dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, Louis Michel, considerou que além da mutação em curso na Europa também a imigração vai contribuir para a mudança na forma da expressão dos interesses de Portugal no mundo.

«Deixámos de ser um País de emigrantes para passarmos a ser um País de imigrantes», salientou, lembrando as consequências que este facto vai ter a nível da rede consular, da evolução social do País e da forma de exprimir a coesão nacional.

Justiça Mudanças de ano novo

O primeiro dia do ano 2001 assinalou a entrada em vigor de um conjunto de medidas simplificadoras do processo civil e penal, destinado a combater a morosidade e a ineficácia do sistema judicial.

Entre as 18 medidas previstas incluem-se, entre outras, as novas regras do apoio judiciário, autoliquidação das custas judiciais, apresentação de peças processuais por meio digital, citação e notificação por via postal simples, audição de testemunhas e peritos por videoconferência nos tribunais, reforço das garantias para surdos, mudos e surdos-mudos e limitação do número de testemunhas em processo penal.

Além destas medidas que, nas palavras do ministro António Costa, pretendem

tornar o processo simples e a justiça segura, o dia 1 ficou também marcado pela entrada em vigor da nova tabela de honorários pelo serviço prestado por advogados, advogados-estagiários e solicitadores, no âmbito do apoio judiciário.

O novo ano assinala igualmente a entrada em funcionamento dos novos centros educativos do Instituto de Reinserção Social destinados a menores e jovens delinquentes que cometam crimes e que necessitem de ser internados em regime aberto, semiaberto ou fechado, consoante a gravidade dos actos praticados.

Os novos centros inserem-se na aplicação prática da nova Lei Tutelar Educativa, cujo decreto regulamentar já foi publicado em Diário da República.

Novos rostos no Governo

Na sequência da demissão de Armando Vara e Luís Patrão, respectivamente, ministro da Juventude e Desporto e secretário de Estado da Administração Interna, o Governo tem novos rostos.

Para o lugar de Luís Patrão, entra Rui Pereira, 43 anos, penalista, até aqui director do SIS, ex-professor da Faculdade de Direito de Lisboa e da Universidade Lusíada.

José Lello, outro dos novos rostos, sucede a Armando Vara na pasta do Desporto e Juventude. Ex-secretário de Estado das Comunidades, Lello, 56 anos, tem como principal desafio a concretização do Euro 2004.

Na Secretaria de Estado das Comunidades, o lugar deixado por José Lello é agora ocupado por João Rui Almeida, 55 anos, médico e professor universitário, deputado eleito pelo círculo de Coimbra.



QUERO UM ESTADO FORTE QUE PROTEJA OS MAIS FRACOS

O candidato do Partido Socialista nas eleições para a Presidência da República continua a marcar uma forte distância em relação aos seus adversários. Enquanto os outros fazem um discurso pela negativa, com pequenas questões, Jorge Sampaio afirma-se pela positiva e pela divulgação de ideias para o futuro de Portugal. No Algarve, durante um comício lotado, Jorge Sampaio apelou para que empresários e sindicatos façam um pacto para o desenvolvimento do país, no qual as vantagens da modernização são mais justamente repartidas por trabalhadores e patrões. O Presidente da República defendeu ainda a existência de um Estado forte e que seja eficaz na protecção dos cidadãos mais carenciados.

Jorge Sampaio defendeu terça-feira, em Faro, o estabelecimento de um programa mínimo entre entidades patronais e sindicatos para combater as consequências consideradas mais negativas da globalização financeira. Aplaudido por alguns milhares de pessoas, o candidato apoiado pelo Partido Socialista referiu que esse pacto entre entidades patronais e sindicatos se destina a aumentar a produtividade do país e a garantir uma maior equidade fiscal entre os portugueses. «Temos de dizer aos empresários que não podem continuar a passear os seus lucros naquilo que são os salários baixos», afirmou Jorge Sampaio, acrescentando que tem de haver «uma troca de privilégio e uma partilha da modernização». Estas posições do recandidato a Presidente da República foram proferidas no comício da capital do Algarve, num teatro que se encontrava lotado, durante o qual defendeu igualmente a aposta na educação e o papel do chefe de Estado como garante das instituições democráticas. «Queremos um Estado forte, legitimado pelo voto e que decide os caminhos a favor dos utentes, seja na Justiça ou na Saúde. Um Estado que não seja contra os fracos e fraco contra os fortes», disse.

Também na terça-feira, mas no Alentejo, em Odemira, Jorge Sampaio apelou para que se faça uma distinção entre eleições para a Presidência da República e legislativas, sublinhando que o Governo não será julgado no próximo dia 14. «No dia 14, não se estará a julgar o Governo. As eleições para a Presidência da República representam a escolha de um chefe de



Estado», defendeu o candidato apoiado pelo PS. Numa intervenção em que respondeu de forma indirecta a acusações dos seus adversários de ter tido alegadamente um papel passivo durante o seu primeiro mandato no Palácio de Belém, Jorge Sampaio defendeu que o exercício do cargo deve ser exercido de uma forma imparcial mesmo que no Governo estejam «os seus amigos de sempre ou os seus adversários». Neste contexto desafiou os seus rivais a darem o exemplo da sua neutralidade. «Talvez estejam à espera do debate na RTP para o fazer», comentou, aproveitou para enviar mais uma farpa a Ferreira do Amaral. «A partir do momento em que o Presidente se partidariza já não é um Presidente da República. É um chefe de facção que deixou as instituições democráticas completamente subvertidas». Pelo contrário, no papel de mais alto magistrado da Nação, «é preciso alguém para todas as estações, que faça o possível para que as coisas funcionem». As críticas à candidatura do PSD prosseguiram quando Jorge Sampaio avançou com a seguinte conclusão: «Na minha candidatura ninguém pergunta pelo bilhete de identidade partidário ou religioso. É assim que defendo o Portugal de hoje e de amanhã», concluiu.

Um novo patriotismo em Portugal

Na sua passagem por Santarém, Jorge Sampaio deixou bem claro que acredita na política como uma coisa nobre e cuja base é a escolha dos eleitores, e defendeu a necessidade de um novo patriotismo.

Sentado na ponta de uma cadeira alta, de microfone na mão, tendo sentados na borda do palco os jovens dos ranchos folclóricos que o acolheram à chegada à Casa do Campino, o candidato do PS falou para um casa cheia, com numerosos cachecóis encarnados e verdes, e bandeiras brancas com o seu nome inscrito. Jorge Sampaio salientou a diversidade das pessoas presentes na sala (desde professores universitários a trabalhadores agrícolas), o que considerou uma homenagem, e o carinho com que foi recebido numa cidade que conheceu bem nos anos 80, quando foi deputado pelo distrito.

Aproveitou também a diversidade de idades dos presentes para falar do que os novos podem aprender com os mais velhos e da tolerância de que estes devem dar mostras, bem como para falar da necessidade de «um novo patriotismo», o que traduziu pela força do passado a empurrar o presente para o futuro. Para o candidato socialista, o grande desafio para quem quer resistir à globalização é querer ser melhor – capacidade que, no seu entender, os portugueses têm – para conseguir, nomeadamente, colocar lá fora mais o que produzimos, reduzindo a diferença entre o que importamos e o que exportamos. Garantindo que votará em si próprio, porque acredita na sua candidatura, Jorge Sampaio voltou a focar o tema da abstenção, pedindo a cada um que vote, no sentido que entenda, porque o voto «é a força da nossa democracia. A base da política é vocês puderem tirar o pôr», pois, «se não disserem o que querem, se não escolherem os protagonistas do avanço, como podem depois criticar»,

perguntou.

Também de acordo com o Presidente da República, em democracia, «o pior que há é a rotina, a acomodação, o hábito de andar nos carros pretos», assegurando, depois, que, se for reeleito no dia 14, começa de novo no dia 15, enriquecido pela experiência que trás consigo. Reafirmando que não está no meio da luta partidária, Jorge Sampaio disse que o Presidente da República tem de estar «por cima», não tendo a pretensão de fazer o trabalho dos outros, mas «denunciar se os outros não fazem o trabalho que lhes compete».

Trabalhadores imigrantes e idosos

Também no distrito de Santarém, mas em Coruche, o candidato presidencial do PS defendeu a existência de um Estado firme, sobretudo, quando se trata da defesa do interesse nacional. Os idosos, os trabalhadores imigrantes e a necessidade de uma progressiva reforma do Estado foram temas também presentes na intervenção que fez. «Precisamos de um Estado regulador, que deixe de estar em tanta coisa», disse Jorge Sampaio, demarcando-se da subsidiariedade e preconizando «regras mais flexíveis para que a administração não seja um impedimento à capacidade de inovação e de realizar. Precisamos de uma sociedade civil forte, mas precisamos também de um Estado capaz de impor o rigor, a regulação, capaz de estar acima dos interesses e de ter a força política, que lhe vem dos cidadãos, para impor em cada momento o interesse geral», acentuou ainda o chefe de Estado.

Defendendo a reforma do sistema político, designadamente para resolver os problemas da proximidade e da descentralização, Jorge Sampaio lamentou ter falhado o projecto da regionalização. Depois de lembrar que Portugal deixou de ser um país de emigrantes para se tornar um país que recebe imigrantes, salientou que actualmente Portugal tem necessidade de trabalhadores estrangeiros. «Precisamos que eles estejam em Portugal, reconhecidos, integrados, não explorados, precisamos que eles ajudem ao desenvolvimento português», afirmou. Relativamente aos idosos, o chefe de Estado disse que se trata de um problema novo na sociedade portuguesa derivado do facto de hoje a esperança de vida ser maior. Considerando que o país não estava preparado para este fenómeno, Jorge Sampaio defendeu que é preciso «descobrir novas formas, novas maneiras de trabalhar, de regular o horário de trabalho».

GOVERNO AFRONTOU OS «LOBBIES» COM A APROVAÇÃO DA REFORMA FISCAL

No último ano, o Governo foi capaz de levar a cabo uma das mais importantes reformas estruturais da vida nacional, desde o 25 de Abril de 1974. Como lembrou o primeiro-ministro na sua mensagem de Natal, os socialistas já deixaram como marca da sua acção uma maior justiça fiscal, permitindo que os cidadãos que têm sido sujeitos a um maior esforço possam agora ser desagravados nos seus impostos. Simultaneamente, o Governo foi capaz de adoptar medidas corajosas que obrigarão determinados «lobbies» e interesses a pagar aquilo que devem ao País. Esses grupos de interesses, como sublinhou António Guterres, terão maior dificuldade em fugir em relação ao cumprimento das suas obrigações em relação ao Estado. O primeiro-ministro deixou ainda palavras muito especiais aos cidadãos mais prejudicados pelo aumento das taxas de juro em consequência da negativa conjuntura internacional e aos portugueses que se encontram em missões fora do País.

O primeiro-ministro utilizou o exemplo da importante reforma fiscal para sublinhar e provar que o Governo afrontou a lógica dos «lobbies» e dos interesses sempre que foi necessário para bem dos portugueses. «Afrontámos sempre que necessário a lógica dos «lobbies» e dos interesses», frisou o secretário-geral do Partido Socialista, durante a mensagem de Natal que dirigiu aos portugueses através da RTP. Como fez questão de sublinhar o primeiro-ministro, o Governo «assumiu a capacidade de enfrentar questões, de não as esconder e de apresentar as medidas necessárias para corrigir injustiças. Mesmo que essas injustiças durem há décadas, nunca é tarde para as corrigir».

De acordo com António Guterres, «foi a pensar na melhoria da qualidade de vida dos portugueses, sobretudo dos que pagam mais impostos (os trabalhadores por conta de outrem, classes médias e empresas cumpridoras) que o Governo fez aprovar, na semana do Natal, a reforma fiscal. A reforma fiscal, acentuou o chefe do Executivo, «é um símbolo da justiça e de solidariedade, com a maior redução dos impostos sobre o rendimento (para quem pagam realmente os seus impostos) desde o 25 de Abril de 1974». Contudo, António Guterres salientou que com as novas regras e «muita gente que tem vindo a fugir às suas obrigações fiscais não poderá continuar a fazê-lo e terá mesmo de pagar



os seus impostos». António Guterres apelou também à construção de uma sociedade «mais humana e responsável», porque, frisou, «só com o assumir por todos das respectivas responsabilidades, na família, no emprego, na escola, Portugal poderá vencer os desafios do mundo moderno». Numa nota pessoal dirigida aos portugueses, o Primeiro-ministro confessou que nunca se esquecerá, «por muitos anos que passem», de uma tarde passada em Donas, Freguesia do concelho do Fundão, a que está ligada a sua infância. «Levavame o meu avô pela mão, a descer a rua, pelo empedrado, quando nos cruzamos com um homem que seguia de cabeça bem levantada e olhos límpidos. Lembrome disso como se fosse hoje», começou por referir. Tendo o avô cumprimentado o homem com respeito e deferência, perguntou-lhe quem era. «Um homem honrado», respondeu simplesmente o avô. «Para o meu avô essa era a suprema das qualidades», recordou ainda o primeiro-ministro, considerando que «este testemunho tem tudo a ver com a cultura de responsabilidade» a que se referira. «Pela minha parte, pela nossa parte,

queremos assumir as nossas responsabilidades, firmes nas nossas convicções, determinados em servir os portugueses e servir Portugal», frisou.

Mensagem de confiança no futuro

Na mensagem de Natal que o primeiro-ministro dirigiu aos portugueses, também fez questão de solidarizar-se com as famílias que têm experimentado maiores dificuldades, nomeadamente provocadas pela subida das taxas de juro e pelo preço do petróleo bruto nos mercados internacionais. O secretário-geral do PS salientou que «também o Estado e, portanto, a acção do Governo foram igualmente atingidos por essas dificuldades». E deixou um apelo a essa camada da população: «Vamos trabalhar em conjunto, todos nós portugueses, para sermos capazes de ultrapassar essas dificuldades». O chefe do Governo saudou ainda as forças militares e de segurança em missões no estrangeiro e dirigiu também um palavra especial aos portugueses que vivem e trabalham em

outros países.

No balanço da actividade política destacada pelo Conselho de Ministros sobre o ano 2000, são sublinhadas a reforma fiscal, a criação das polícias municipais e o voto dos emigrantes nas eleições para a Presidência da República. Da extensa lista de 102 medidas, fazem também parte as revisões curriculares dos ensinos básico e secundário, o Programa Polis e a sua extensão a dez cidades, o Orçamento de Estado, a iniciativa Internet, o lançamento de várias auto-estradas e os estudos para a terceira travessia do rio Tejo. Do balanço feito pelo Conselho de Ministros, consta ainda o Programa «Escolhas» sobre a prevenção da criminalidade de jovens, o novo regime penal especial para jovens entre 16 e 21 anos, a lei de bases gerais do sistema de Segurança Social, a confirmação da opção pela co-incineração e a criação do Parque Natural do Tejo Internacional.

102 diplomas no último ano

Este grupo de 102 diplomas aprovados em Conselho de Ministros é assim apresentado no documento: 12 na área da desburocratização, 26 na área da justiça, nove na do emprego e Segurança Social, 21 sobre questões urbanas, ambiente e qualidade de vida, cinco sobre transportes, seis sobre educação e cultura, quatro sobre a reforma fiscal e nove sobre a saúde e problema da droga, três na área da economia e da sociedade de informação, três na reforma da administração e quatro na área da cidadania.

O Governo distribuiu ainda um balanço da sua actividade no Parlamento ao longo do último trimestre. Nestes últimos três meses, o Governo conseguiu a aprovação final de 11 propostas suas, entre as quais o Orçamento de Estado, a reforma fiscal, a lei da rádio, os novos regimes fiscais do «off-shore» da Madeira e de Santa Maria, o novo regime de acesso ao direito e aos tribunais, diplomas sobre a correcção dos valores das pensões e a descriminalização do consumo de estupefacientes.

Estão pendentes na Assembleia da República as propostas governamentais sobre o reforço das garantias dos contribuintes, a lei da paridade nas eleições para as autarquias, Assembleia da República e Parlamento Europeu, a lei de bases do património cultural e o respectivo regime fiscal, bem como as revisões do regime de poder local e da lei eleitoral para as autarquias.

O balanço salienta ainda a presença assídua dos membros do Governo nos debates da Assembleia da República, não apenas quando esteve em causa a moção de censura do PSD, ou a intervenção da NATO no Kosovo.

SIFICAP: MAXIMIZAR RECURSOS

O Executivo socialista deu luz verde, no passado dia 28, ao decreto-lei que institui, define e regulamenta o sistema de fiscalização e controlo das actividades da pesca, designado por SIFICAP.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de Dezembro de 1982, ratificada por Portugal, determina que os Estados são responsáveis pelas suas zonas costeiras e, conjuntamente com os demais Estados, responsáveis pelo mar hoje considerado como património comum da humanidade.

De igual modo, no Código de Conduta para uma Pesca Responsável, aprovado na sequência dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Comissão das Pescas da FAO, foram estabelecidos os princípios e padrões internacionais de comportamento para práticas responsáveis, com vista a assegurar uma efectiva conservação, gestão e desenvolvimento dos recursos vivos aquáticos, no respeito pelo ecossistema e pela bio-diversidade.

Neste contexto, assumem particular importância não só as iniciativas legislativas destinadas a garantir o cumprimento dessas medidas, mas também o funcionamento de sistemas que permitem, através da utilização de modernas tecnologias, uma acção inspectiva mais eficaz, em termos de dissuasão e de detecção de actos ilícitos.



É precisamente nesta última área de actuação que Portugal desenvolveu um sistema integrado de vigilância, fiscalização e controlo das actividades da

pescas, designado por SIFICAP, inserido no regime de controlo aplicável à política comum de pesca instituído pelo regulamento (CEE) n.º 2847/93, do

Conselho, de 12 de Outubro de 1993, e tendo em conta a realidade específica da actividade pesqueira em Portugal.

O SIFICAP possibilita, através do recurso à informática e a evoluídas tecnologias de informação, a maximização do aproveitamento dos recursos, em meios humanos e materiais, e das capacidades existentes nas diversas entidades nele participantes, mediante o estabelecimento de uma melhor interligação e de uma mais estreita colaboração entre as mesmas.

O SIFICAP permite, assim, o acesso a um vasto campo de informação obtida através dos diversos ficheiros de dados em que assenta, o que assume grande importância estatística e é indispensável para uma maior eficácia instrutória dos processos contra-ordenacionais e judiciais decorrentes das acções inspectivas, atentas, contudo, as garantias estabelecidas, em termos de protecção de dados pessoais, pela Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro.

O diploma aprovado em reunião de Conselho e Ministros visa definir e regulamentar o SIFICAP como sistema inovador do controlo do exercício da actividade da pesca, integrador de actuações e de responsabilidades orgânicas e institucionais, sob a égide da Inspeção-Geral das Pescas, na sua qualidade de Autoridade Nacional de Pesca.

CHIPS CONDENSADORES MADE IN PORTUGAL

O Governo decidiu aprovar, no passado dia 28, as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado português e a EPCOS AG e a EPCOS – Peças e Componentes Electrónicos, SA, para o lançamento de um conjunto de novas linhas de produção destinadas ao fabrico de «chips condensadores» com electrolito sólido de tântalo, a ser realizado entre 2000 e 2004, com um custo global de 18,4 milhões de contos, dos quais 1,85 milhões de contos a investir em formação profissional.

Prevê ainda a criação de 500 novos postos de trabalho até ao final de 2004, atingindo-se no ano imediatamente a seguir, 2005, ano de cruzeiro, um valor de vendas da ordem dos 14,4 milhões de contos.

O impacto macroeconómico do projecto é significativo, prevendo-se que o Valor Acrescentado Nacional atinja, aproximadamente, 48 por cento das vendas em ano cruzeiro e que o impacto na Balança de Pagamentos, até final de 2008, seja da ordem dos 28 milhões de contos.

competências no domínio dos componentes electrónicos passivos.

Neste âmbito, o investimento prevê o lançamento de um conjunto de novas linhas de produção destinadas ao fabrico de «chips condensadores» com electrolito sólido de tântalo, a ser realizado entre 2000 e 2004, com um custo global de 18,4 milhões de contos, dos quais 1,85 milhões de contos a investir em formação profissional.

Prevê ainda a criação de 500 novos postos de trabalho até ao final de 2004, atingindo-se no ano imediatamente a seguir, 2005, ano de cruzeiro, um valor de vendas da ordem dos 14,4 milhões de contos.

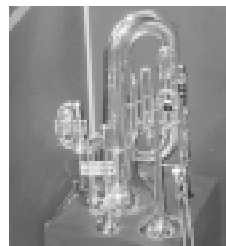
O impacto macroeconómico do projecto é significativo, prevendo-se que o Valor Acrescentado Nacional atinja, aproximadamente, 48 por cento das vendas em ano cruzeiro e que o impacto na Balança de Pagamentos, até final de 2008, seja da ordem dos 28 milhões de contos.

APOIOS PARA ASSOCIATIVISMO, BANDAS E FILARMÓNICAS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 28 de Dezembro, um decreto-lei que regulamenta a Lei n.º 123/99, de 20 de Agosto, que define as regras através das quais o Governo apoia o associativismo cultural, as bandas de música e filarmónicas. Este diploma regulamentou o processo de candidaturas relativos ao apoio a conceder pelo Governo em valor equivalente ao IVA, pago e suportado, que não confira direito a dedução, pelas bandas de música, filarmónicas, escolas de música, tunas, fanfarras, ranchos folclóricos e outras agremiações culturais que se dediquem à actividade musical, constituídas em pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos.

As candidaturas deveriam ter sido apresentadas junto das Delegações Regionais da Cultura da área da sede das entidades beneficiárias e, no caso da Região de Lisboa e Vale do Tejo, junto do Instituto Português das Artes do Espectáculo durante o passado mês de Dezembro.

O pagamento dos subsídios deverá ser



efectuado até ao termo do 2º mês seguinte ao da recepção das candidaturas.

Estabelecem-se algumas situações que conduzem à exclusão do apoio e afasta-se a possibilidade de haver apoio no caso de os instrumentos, respectivo material consumível, fardamentos e trajes, ter sido apoiado integralmente pelo Estado ou autarquias locais ou quando o IVA tenha sido restituído ao abrigo do DL n.º 20/90.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 14 de Dezembro de 2000

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 7/99, de 8 de Janeiro, que aprovou o Programa SOLARH;
- Um decreto-lei que cria as secções de processo executivo do sistema de solidariedade e segurança social, define as regras especiais daquele processo e adequa a organização e a competência dos tribunais administrativos e tributários;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 211/98, de 16 de Julho, que regula a actividade das sociedades de garantia mútua;
- Uma proposta de resolução que aprova a Convenção Europeia sobre a Televisão Transfronteiras, aberta para assinatura em Estrasburgo, a 5 de Maio de 1989, e assinada por Portugal a 16 de Dezembro de 1989, e respectivo protocolo de alteração, aberto à assinatura em Estrasburgo, a 1 de Outubro de 1998;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva que altera a norma europeia relativa à aproximação das legislações dos Estados-membros respeitantes às normas e protocolos analíticos, tóxico-farmacológico e clínicos em matéria de medicamentos veterinários e altera o anexo I da portaria n.º 901/98, de 14 de Outubro;
- Um diploma que altera o artigo 29º do decreto-lei n.º 236/99, de 25 de Junho, que aprova o novo Estatuto dos Militares das Forças Armadas;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 96/2000, de 23 de Maio, que estabelece a nova estrutura orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde;
- Um decreto regulamentar que concede ao município de Évora o direito de preferência nas transmissões a título oneroso, entre particulares, dos terrenos ou edifícios situados na área crítica de recuperação e reconversão urbanística do Centro Histórico de Évora, declarada pelo decreto regulamentar n.º 25/97, de 3 de Junho;
- Uma resolução que cria, no âmbito do Ministério da Justiça, uma estrutura de missão com o objectivo de desenvolver as estratégias de implementação do sistema de monitorização electrónica de arguidos sujeitos à medida de coacção prevista no artigo 201º do Código do Processo Penal;
- Uma resolução que aprova a aquisição para o Estado dos terrenos onde se encontram edificadas a parte nova do Hospital Distrital de Évora/Hospital do Espírito Santo, a Escola Superior de Enfermagem São João de Deus, Unidade de Hemodiálise, o Serviço de Tuberculose e Doenças Respiratórias e Consultas de Urgência do Centro de Saúde de Évora, lavanderia, portaria do Hospital, heliporto e oficinas, de acordo com o protocolo o Estado e a proprietária, a Santa Casa da Misericórdia de Évora;
- Uma resolução que prorroga a nomeação do encarregado de missão junto do ministro dos Negócios Estrangeiros para assuntos ligados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- Uma resolução que prorroga, tendo em conta a relevância política das questões ligadas à Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenamento e Utilização das Armas Químicas (CPAQ), a nomeação do encarregado de missão junto do ministro dos Negócios Estrangeiros, ministro plenipotenciário de 1.ª classe Alberto Maria Gonçalves Vieira Borges; por mais 12 meses a partir de 14 de Outubro de 2000;
- Uma resolução que prorroga, tendo em conta a relevância das questões ligadas à organização e logística da Presidência da União Europeia, que Portugal assumiu no decurso do primeiro semestre do ano 2000, a nomeação do encarregado de missão junto do ministro dos Negócios Estrangeiros, ministro plenipotenciário de 1.ª classe João Pedro Leone Zanatti Rodrigues, a partir de 1 de Agosto até 31 de Dezembro de 2000;
- Uma resolução que, nos termos da proposta do ministro da Administração Interna, exonera a seu pedido Júlio Meirinhos e nomeia Francisco José Terroso Cepeda, para o cargo de governador civil do Distrito de Bragança.

Reunião de 21 de Dezembro de 2000

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que permite o pedido de certificados de admissibilidade de firma ou denominação e de certidões de actos de registos por via electrónica, e altera o regime do Registo Nacional de Pessoas Colectivas;
- Um decreto-lei que estabelece um regime especial e procedimentos para o registo dos nascimentos ocorridos em unidades de saúde;
- Um diploma que altera os decretos-lei que aprovam o Código de Imposto sobre o Valor Acrescentado, o Regime do IVA nas transacções Intra-comunitárias, e as formalidades a observar pelos sujeitos passivos que optem pela aplicação do IVA à transmissão ou locação de bens imóveis ou parte autónomas;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova o Código dos Impostos Especiais de Consumo;
- Um decreto-lei que regula o novo regime das contas poupança-habitação
- Um decreto-lei que regula os benefícios fiscais a atribuir a contas poupança-habitação
- Um projecto de decreto-lei que estabelece um regime emolumentar especial aplicável às operações de mudança de regime de crédito e de instituição de crédito, quer isoladamente, quer em simultâneo, no âmbito do decreto-lei n.º 349/98, de 11 de Novembro, que aprovou o regime jurídico da concessão de crédito à habitação, e legislação complementar;
- Uma resolução que cria um grupo de trabalho que assegura a ligação entre os operadores UMTS, o ICP e a Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação, com vista à monitorização das obrigações assumidas pelos operadores UMTS;
- Um decreto-lei que aprova o estatuto do artesão e da unidade produtiva artesanal e define o respectivo processo de acreditação;
- Um diploma que adita um n.º 4 ao artigo 1º do decreto-lei n.º 3/94, de 11 de Janeiro, tendo em vista a extensão do âmbito das actividades permitidas às agências de câmbios;

- Um decreto-lei que transpõe a directiva comunitária relativa às regras comuns para a liberalização do mercado de gás natural;
- Um decreto-lei que permite a transição para a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais do pessoal militar contratado afecto ao antigo Presídio Militar de Santarém;
- Um decreto-lei que concede à Sociedade Euro 2004, SA, benefícios fiscais e revoga os artigos 6º e 7º, do decreto-lei que constitui a respectiva sociedade;
- Um decreto-lei que regulamenta a norma que aprovou a lei de protecção de crianças e jovens em perigo;
- Um decreto-lei que aprova normas de transição relativas ao desenvolvimento do regime estabelecido na Lei Tutelar Educativa;
- Um decreto-lei que aprova o modelo de passaporte temporário;
- Um decreto regulamentar que aprova o Regulamento de Apoio Selectivo às Co-Produções Cinematográficas de Longas Metragens de Ficção com os Países de Língua Oficial Portuguesa;
- Um diploma que procede à alteração dos artigos 2º e 6º do decreto-lei n.º 445/99, de 3 de Novembro, e de outras disposições do Estatuto dos Despachantes Oficiais e do Estatuto da Câmara dos Despachantes Oficiais, regulamentando o direito de apresentar declarações perante a alfândega;
- Um decreto-lei que determina a entrada em funcionamento de novos tribunais e juízos a partir de 1 de Fevereiro de 2001;
- Um decreto-lei que revê as taxas contributivas aplicáveis aos produtos agrícolas e aos trabalhadores por conta própria das actividades artesanais e subsidiárias do sector primário da Região Autónoma da Madeira;
- Um decreto-lei que altera as escalas salariais das categorias de consultor principal e consultor do Centro Jurídico – CEJUR;
- Um decreto-lei que visa cumprir os objectivos constantes do Tratado de Adesão a que o Estado Português se vinculou, em matéria de direito de estabelecimento e livre prestação de serviços, garantindo a aplicação dos princípios constantes da Directiva 93/16/CEE do Conselho de 5 de Abril, destinada a facilitar a livre circulação dos médicos e o reconhecimento mútuo dos seus diplomas, certificados e outros títulos;
- Um decreto que aprova o acordo sobre a repatriação de cidadãos nacionais entre Portugal e o Canadá;
- Um decreto que aprova o acordo sobre supressão de vistos em passaportes diplomáticos, especiais e de serviço, entre os Governos dos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- Um decreto que aprova o acordo entre Portugal e a Lituânia sobre readmissão de pessoas em situação irregular.

Reunião de 28 de Dezembro de 2000

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que fixa as minutas do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português e a EPCOS AG e a EPCOS – Peças e Componentes Electrónicos, SA, para o lançamento de um conjunto de novas linhas de produção destinadas ao fabrico de «Chips Condensadores» com electrolito sólido de tântalo;
- Um decreto-lei que institui, define e regulamenta o sistema de fiscalização e controlo das actividades da pesca, designado por SIFICAP;
- Um decreto-lei que regulamenta a lei que define as regras através das quais o Governo apoia o associativismo cultural, as bandas de música e filarmónicas;
- Uma resolução que declara existir grave urgência para o interesse público na imediata execução do despacho conjunto dos ministros do Equipamento Social e das Finanças, de 4 de Dezembro de 2000, que adjudica a Scut do Interior Norte ao Concorrente Via Transporte, e determina aos competentes órgãos da Administração que prossigam com a sua execução, nomeadamente, através da assinatura, com o concorrente adjudicatário, do respectivo Contrato de Concessão, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros, de 6 Dezembro de 2000;
- Um decreto-lei que altera o Estatuto dos Guardas Prisionais;
- Um decreto-lei que revê o sistema de recrutamento e colocação dos educadores e professores dos 1º, 2º, e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário;
- Um decreto-lei que define o regime das carreiras de museologia, conservação e restauro;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica da Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade;
- Um decreto-lei que altera a Lei Orgânica da Inspeção-Geral da Defesa Nacional;
- Um decreto-lei que prorroga, a título excepcional, os contratos de trabalho a termo certo do pessoal que exerce funções no Centro Emissor da Rede Consular (CERC);
- Um decreto-lei que mantém em vigor um regime especial de despesas públicas para o Projecto «Loja do Cidadão»;
- Um diploma que altera o artigo 10º do decreto-lei que regulamenta a Lei n.º 43/99, de 11 de Junho;
- Um diploma que altera o decreto-lei que altera o regime de recrutamento do pessoal especializado da representação permanente de Portugal junto da União Europeia;
- Um decreto-lei que estabelece o estatuto jurídico aplicável ao Hospital do Barlavento Algarvio e faz cessar o seu regime de instalação;
- Um diploma que altera o decreto-lei que estabelece o enquadramento legal da actuação dos agentes oficiais da propriedade industrial e dos procuradores autorizados;
- Uma resolução que autoriza o ministro da Defesa Nacional a transferir para o IFADAP as dotações inscritas no Orçamento de Estado de 2000, por forma a viabilizar o pagamento inerente à adjudicação que, nos termos concursais, vier a ocorrer no exercício de 2001.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O novo modelo de passaporte português, que adopta padrões de segurança internacionais e praticamente infalsificável, foi apresentado, no dia 28, pelos secretários de Estado Carlos Zorrinho (Administração Interna) e João Rui de Almeida (Comunidades).



Os novos passaportes portugueses estão disponíveis desde o primeiro dia de 2001, devendo o seu elevado grau de segurança evitar a crescente falsificação destes documentos na Europa e em outras latitudes, incluindo a Ásia.

A renovação plena do sistema de passaportes é da responsabilidade do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), que recebeu para o efeito 160 mil contos do PIDDAC (Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) para finalização do Projecto «Passaporte Seguro». De acordo com recentes declarações de responsáveis governamentais, o novo modelo de passaporte é «mais fiável» e «seguro», devendo o mesmo, após um período de transição, ser estendido a todas as áreas consulares.

A emissão dos novos passaportes vai também implicar a introdução de novos equipamentos, ao mesmo tempo que impede a renovação do documento no próprio dia.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

A Freguesia de Montes Claros, no concelho de Proença-a-Nova, vai ter um Centro Paroquial, um investimento de 28 mil contos assegurado, no dia 28, com a assinatura do protocolo entre a paróquia e a Secretaria de Estado da Administração Local.

Com a assinatura deste protocolo, o Estado, através da Secretaria de Estado da Administração Local, compromete-se a apoiar a obra em 16.362 contos.

O Centro Paroquial terá como objectivo dinamizar a Pastoral local e beneficiar as cerca de mil pessoas da localidade.

A infra-estrutura vai dispor de um salão polivalente para festas e outros acontecimentos de relevo social e algumas salas para reuniões de grupos.

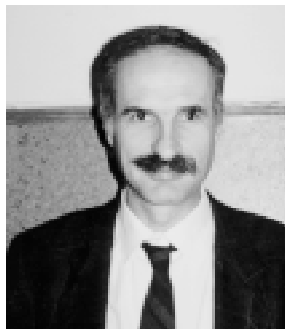
Nesta sua deslocação à zona sul do distrito de Castelo Branco, o secretário de Estado da Administração Local, José Augusto de

Carvalho, celebrou ainda outro protocolo, no valor de 19.720 contos, com a Câmara de Oleiros para beneficiação do edifício dos Paços do Concelho e cujas obras vão custar cerca de 40 mil contos.

O actual edifício, com perto de 30 anos, apresenta uma degradação acentuada a nível quer do telhado quer ainda das paredes exteriores.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

O novo regime de incentivos estatais à Comunicação Social, em que a principal novidade é o fim da comparticipação a 100 por cento do porte pago, apenas entrará em vigor a 1 de Março.



O secretário de Estado da Comunicação Social, Arons de Carvalho, explica em carta enviada aos órgãos de informação que o adiamento da entrada em vigor do decreto-lei que institui o novo regime de incentivos visa «facultar mais tempo para a comprovação das situações que permitem beneficiar de maior comparticipação no porte pago».

Trata-se de um decreto-lei que deveria ter entrado em vigor, embora em fase transitória, no dia passado dia 1 e que é criticado por associações de imprensa regional e por partidos da oposição.

Mas o secretário de Estado Alberto Arons de Carvalho garante que a Comunicação Social regional vai ter apoios de cerca de dois milhões de contos em 2001, sendo que, dessa verba, cerca de um milhão de contos corresponde ao porte pago.

A restante verba destina-se a um conjunto de apoios, nomeadamente à distribuição dos jornais, acções de formação e equipamento para a feitura dos periódicos. Quanto à redução do apoio ao porte pago, o secretário de Estado argumenta com a necessidade de moralizar o sector, apontando o imperativo de o mercado funcionar de forma mais verdadeira, compensando os órgãos com mais público, em detrimento dos que, através de uso indevido dos incentivos, promovem concorrência desleal.

COMUNIDADES

O secretário de Estado das Comunidades esteve presente, no sábado, dia 30, na Maia, Porto, no funeral do presidente da Federação das Associações Portuguesas na África do Sul, assassinado recentemente

em Joanesburgo.

Este foi um dos primeiros actos oficiais de João Rui de Almeida desde que foi empossado secretário de Estado das Comunidades, a 18 de Dezembro.

António da Silva Teixeira foi assassinado a tiro em Joanesburgo durante um assalto à oficina de automóveis de que era proprietário.

Três homens armados entraram na oficina de António Teixeira, 49 anos, natural de Vila Nova de Gaia, para assaltar o estabelecimento, tendo aparentemente obrigado o português a abrir o cofre.

Ao oferecer resistência, os assaltantes atingiram António Teixeira com três tiros, um no pescoço e dois no tórax, causando-lhe praticamente morte imediata.

PRESIDÊNCIA

A nova lei da imigração, que aguarda publicação em «Diário da República», prevê penas de prisão até cinco anos para o crime de angariação de mão-de-obra ilegal, disse, no dia 30, à Imprensa, Oliveira Martins.



O diploma «vai permitir regularizar a situação dos imigrantes ilegais eliminando a exploração de que estão a ser vítimas, combatendo as redes de imigração ilegal e criando condições para a regulação dos fluxos migratórios», afirmou o ministro da Presidência.

A nova legislação inclui alterações a um decreto-lei de Agosto de 1998 e contempla o novo regime jurídico sobre a entrada, permanência, saída e afastamento dos imigrantes que se encontram já a trabalhar em Portugal em situação irregular.

Além de penas de prisão para o crime de angariação de mão-de-obra ilegal, prevê também coimas de 300 a 4900 contos (consoante a dimensão das empresas) para as entidades patronais que empreguem cidadãos estrangeiros em situação legal.

«Respondem solidariamente pelas dívidas salariais, à segurança social e ao fisco não apenas o empregador do imigrante ilegal, mas também o empreiteiro-geral, o utilizador e inclusive o dono da obra, quando não obtenha do empreiteiro declaração de cumprimento das obrigações legais», referiu ainda, acrescentando que «o funcionário que culposamente não obtenha essa

declaração incorre em responsabilidade disciplinar».

SAÚDE

Cerca de 180 novas farmácias serão instaladas em Portugal nos próximos seis meses, tendo já o Infarmed deliberado a abertura de concursos, medida com que se congratula a Associação Nacional dos Municípios Portugueses e a Ordem dos Farmacêuticos.

A abertura do concurso para novas farmácias foi revelada, no dia 31, pelo secretário de Estado da Saúde, José Miguel Boquinhas, para quem o objectivo principal desta medida é colmatar a falta destes estabelecimentos que, em alguns pontos do País, «é muito significativa».

A medida agora anunciada vem de encontro ao definido na Portaria n.º 936-A/99, de 22 de Outubro, a qual veio introduzir novos critérios no regime de instalação de novas farmácias e no regime de transferência das já existentes. O diploma refere que «importa repensar as regras e condições de abertura de novas farmácias, bem como de transferência, de forma a tornar os serviços farmacêuticos mais próximos e acessíveis aos cidadãos». Uma das alterações à legislação até então em vigor referiu-se às condições gerais de instalação de novas farmácias, passando a capitação por cada um destes estabelecimentos de 6 mil para 4 mil habitantes.

TRABALHO

As contribuições para a Segurança Social deverão crescer nove por cento este ano face a 1999, disse, no dia 28, o ministro do Trabalho e da Solidariedade.

Este aumento é muito superior ao crescimento previsto para a economia portuguesa que, segundo os números do Governo, se situa nos 3,3 por cento.

A evolução de nove por cento exprime, segundo Ferro Rodrigues, a «saúde das empresas» e da própria economia nacional, já que o aumento das contribuições seria «impossível se o País estivesse em crise económica».

A luta contra os falsos recibos verdes, uma das prioridades do Ministério do Trabalho para 2000, contribuiu para a subida do montante que entrou nos cofres da Segurança Social, segundo Ferro Rodrigues.

O decréscimo «significativo do número de trabalhadores por conta própria sem trabalhadores ao seu serviço» está relacionado com a «subida forte das contribuições dos trabalhadores por conta de outrem», explicou.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade mostrou-se satisfeito com o comportamento do emprego e do desemprego em 2000, que considerou como um bom ano.

Referindo dados do INE, Ferro Rodrigues salientou que foram criados mais de 90 mil postos de trabalho entre o terceiro trimestre de 1999 e o mesmo período deste ano. Por outro lado, a taxa de desemprego apresenta o valor «invejável» de quatro por cento.

PRÉMIO OLOF PALME ATRIBUÍDO A Opositor DA PENA DE MORTE

O norte-americano Bryan Stevenson, 38 anos, fundador de uma associação que milita a favor da abolição da pena de morte nos Estados Unidos, recebeu no dia 28 de Dezembro o Prémio da Fundação Olof Palme.

Stevenson fundou em 1989 no Estado norte-americano do Alabama uma associação que luta pela comutação das penas capitais em penas de prisão (Equal Justice Initiative, EJI). «Num Estado (...) onde a duração média de um processo em que é pedida a pena de morte é de três dias, Stevenson e os seus colegas da EJI conseguiram anular as condenações à morte em 67 casos nos últimos oito anos», afirma a fundação.

O facto de «os Estados Unidos, um Estado democrático onde reina a lei, perpetue a



prática deste castigo bárbaro, constitui uma provocação aos promotores de uma sociedade moderna e civilizada», prossegue a fundação.

O Prémio Olof Palme, com um valor monetário de 50 mil dólares (cerca de 11 mil contos), recompensa anualmente uma personalidade ou organização cuja acção se assemelha à do antigo primeiro-ministro sueco, figura ímpar do socialismo democrático, assassinado em Estocolmo em Fevereiro de 1986.

Entre os laureados com o prémio em anos anteriores figuram o presidente checo Vaclav Havel (1989), a organização francesa de luta contra o racismo SOS Racisme (1990), a Amnistia Internacional (1991) e o dissidente chinês Wei Jingsheng (1994).

UNESCO LANÇA «SITE» RELACIONADO COM PATRIMÓNIO MUNDIAL

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) lançou o Global Heritage Pavillion (Pavilhão do Património Global), um «site» dedicado à herança natural e cultural do mundo.

O site, www.inpaku.unesco.org, vai representar, em 2001, a UNESCO na INPAKU, uma feira de Internet organizada pelo governo japonês para promover a Web. O Pavilhão virtual tem como objectivo, segundo o director-geral da UNESCO, Koichiro Matsuura, demonstrar o que «as novas tecnologias podem fazer para dar a conhecer a todos a diversidade mundial». No «site», disponível em inglês e japonês, o visitante pode, por exemplo, fazer uma visita virtual à ilha de Goree (Senegal) ou ler um conto tradicional japonês, escrito no

século XI.

Além disso, o «site» fornece informação sobre os projectos e campanhas da UNESCO na área do património e lista os monumentos e locais registados na World Heritage List (Lista Mundial do Património). O Pavilhão «on-line» contém ainda ligações para outros «sites» relacionados com o património, uma biblioteca virtual e uma área interactiva com jogos e postais, entre outros atractivos.

Notícias, eventos, conferências e seminários relacionados com o património vão também merecer um destaque especial.

«O Pavilhão da UNESCO é não só um espaço de informação e divulgação mas também de diálogo», afirmou Matsuura.

ARREFECIMENTO DOS EUA É BOM PARA A MOEDA EUROPEIA

A redução da diferença de crescimento entre Estados Unidos (EUA) e União Europeia (UE) oferece «perspectivas favoráveis» ao euro, sustenta Gerhard Schroeder em artigo de opinião do jornal alemão «Handelsblatt».

O chanceler alemão entende que as perspectivas agora são «favoráveis», passadas que estão as «turbulências» de 2000, quando o euro perdeu cerca de um terço do seu valor face ao dólar dos EUA. A redução da diferença de crescimento é cada vez mais forte, assegura Schroeder, que exemplifica com o facto de a taxa de crescimento do produto interno bruto na UE ter sido superior à dos EUA no terceiro

trimestre de 2000, o que acontece pela primeira vez desde a introdução do euro, em 1999.

No terceiro trimestre deste ano, a União teve um crescimento, anualizado, de 3,4 por cento e os EUA de 2,2 por cento, o que alimentou especulações de futuras baixas das taxas de juro por parte da Reserva Federal dos EUA, para contrariar este arrefecimento.

O chanceler alemão estimou que a Alemanha terá um crescimento de três por cento em 2000 e que em 2001 o valor deverá ser comparável.

A previsão oficial do crescimento do PIB alemão em 2001 é de 2,75 por cento.

...E A FOME NO MUNDO CONTINUA

No início de um novo milénio milhões de seres humanos continuam a passar fome. A distribuição injusta dos rendimentos a nível das nações e mundial é a causa.

A luta contra a fome no mundo «não conheceu progressos suficientes», afirmou na Goreia (ilha ao largo de Dacar) o director-geral do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Jacques Diouf.

Apenas oito milhões de pessoas são anualmente salvas da fome, contra um objectivo de 20 milhões fixado pela FAO, segundo Diouf, que falava na cerimónia de inauguração de microjardins na ilha.

Este objectivo fixado na cimeira mundial da alimentação, realizada em Roma em 1996, visa reduzir para metade os 800 milhões

de pessoas que terão fome no ano 2015 se se mantiverem as tendências actuais.

Num comunicado difundido a 29 de Novembro em Roma, a FAO anunciou a sua intenção de convocar uma segunda cimeira mundial da alimentação em Novembro de 2001, para examinar os progressos conseguidos desde a primeira cimeira.

«Se não se fizerem esforços suplementares, os objectivos de reduzir para metade o número de subalimentados só será atingido em 2030, ou seja, 15 anos mais tarde do que o previsto», afirmou Diouf.

Segundo estimativas recentes da organização, a produção agrícola mundial aumentou apenas 1,2 por cento em 2000 contra 2 por cento em 1999.

CERCA DE 38.000 CAPACETES AZUIS CUIDAM DA PAZ NO MUNDO

Cerca de 38.000 militares e polícias, os capacetes azuis ao serviço da ONU, estão a zelar actualmente pela paz em quinze pontos do Mundo, revela um documento divulgado pelas Nações Unidas.

O orçamento previsto para financiar as operações de paz da ONU, previsto para o ano 2000 que agora termina, está calculado em 2500 milhões de dólares, seis vezes mais que a soma investida há 10 anos, segundo o documento correspondente à década 1991/2000.

Em 1993, as missões de paz na Somália e o desmantelamento da Jugoslávia obrigaram a um aumento dos efectivos militares, policiais e civis, que chegaram a atingir 78.000 pessoas, tiveram um orçamento de 3600 milhões de dólares.

Nesta década que termina também cresceu muito o número de polícias, que de pouco mais de 600 em 1991 atingiram os 8000 no fim deste ano.

O número de civis envolvidos também cresceu para os 3500.

EM 2003 A BSE ESTÁ ERRADICADA EM PORTUGAL

Capoulas Santos pôs Portugal na vanguarda da luta contra a BSE. O ministro tem actuado em várias frentes, com medidas céleres e eficazes, revelando um perfeito domínio desta questão.

O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, acredita que no final de 2003 a BSE estará completamente erradicada em Portugal.

«A prosseguirem-se as medidas que vêm a ser tomadas de combate à BSE julgamos que no final de 2003 teremos a doença completamente erradicada em Portugal», afirmou no dia 29 de Dezembro Capoulas Santos em conferência de Imprensa.

O ministro garantiu ainda que a rotulagem da carne vai começar a ser obrigatória e aplicada «de forma plena» já a partir de Janeiro de 2001.

Assim, a carne vendida aos consumidores vai trazer uma espécie de Bilhete de Identidade, onde deve figurar o seu país de origem, o local onde foi abatido e desmanchado.

Trata-se afinal de conhecer o percurso do animal «desde a quinta até ao prato».

Para quem não cumprir estas normas, Capoulas Santos anunciou que vai ser aplicado um quadro sancionatório «extremamente rigoroso».

Desta forma, os proprietários individuais de qualquer animal que não apresente o respectivo «passaporte» terão de pagar



uma coima de 750 mil escudos.

Para as entidades colectivas a multa pode chegar aos nove mil contos.

É ainda proibido em Portugal, bem como nos restantes Estados-membros, introduzir no circuito comercial bovinos com mais de dois anos e meios de idade.

No entanto, a obrigatoriedade da realização dos testes de despistagem da doença das vacas loucas a animais com mais de 30 meses só é obrigatória a partir de Julho de 2001, segundo decisão da Comissão

Europeia.

«Os Estados-membros devem assegurar que todos os bovinos com mais de 30 meses de idade, sujeitos a abate normal para consumo humano são examinados por um dos testes rápidos homologados (...) impreterivelmente a partir de 1 de Julho de 2001», lê-se no documento emitido pela Comissão Europeia a 29 de Novembro deste ano.

Portugal vai antecipar a efectivação dos testes de despistagem rápida em três meses.

O ministro Capoulas Santos garantiu que em Abril de 2001 esses testes passarão a ser obrigatórios em Portugal.

«Estamos a criar uma rede laboratorial que já engloba 22 estabelecimentos e estamos a preparar a formação de 50 profissionais para antecipar em três meses a obrigação europeia», disse Capoulas Santos aos jornalistas.

Assim, todos os bovinos que apresentarem BSE serão abatidos, garantindo-se desta forma que não chegam à mesa do consumidor.

Os testes de despistagem rápida permitirão a obtenção de resultados no espaço de 8 a 12 horas.

Os testes que até agora têm sido utilizados, e que se baseiam numa análise ao cérebro do animal, demoram vários dias.

Até Abril os produtores que possuam bovinos com mais de dois anos e meio de idade e que pretendam entregá-los para abate deverão candidatar-se até ao dia 19 de Janeiro junto de um matadouro devidamente licenciado para o efeito.

Os proprietários destes bovinos vão receber uma indemnização pela perda dos animais que varia entre 296 e 487 escudos por quilo/carcaça.

O ministro da Agricultura reafirmou a confiança em que «o mais tardar» em 30 de Junho de 2001 a União Europeia retirará o embargo à carne bovina portuguesa, proibição essa que se prolonga desde 1998.

GOVERNO APOIA OBRAS DE 32 ASSOCIAÇÕES ALENTEJANAS

O Governo continua apostado numa política de desenvolvimento local e regional. O Alentejo é uma das prioridades do Executivo.

Neste contexto, o secretário de Estado da Administração Local presidiu à assinatura de 32 protocolos com associações culturais, recreativas, religiosas e desportivas dos três distritos alentejanos, para um apoio financeiro total superior a 167 mil contos.

Num périplo pelo Alentejo, José Augusto Carvalho deslocou-se a Beja, ao Governo Civil, onde homologou oito protocolos destinados à realização de obras orçadas em cerca de 61 mil contos e com uma participação governamental de mais de 40 mil contos. As obras incluem a cobertura, reparação e arranjos exteriores em igrejas, Casas do Povo e sociedades recreativas dos concelhos de Beja, Castro Verde e

Aljustrel, bem como a construção de uma Casa Mortuária no concelho de Mértola e de um Centro de Instrução e Apoio do Clube de Ténis de Moura.

O secretário de Estado destacou o importante papel que estas associações desempenham no seio das comunidades onde estão inseridas.

«O desenvolvimento não pode ser feito só a partir do Terreiro do Paço. Tem de ser criada uma dinâmica local e regional», sublinhou.

Os apoios governamentais para estas pequenas obras são, no entender de José Augusto Carvalho, «muito importantes», em especial aqueles que se destinam às instituições autárquicas. «As Juntas de Freguesia ainda estão numa situação de desfavorecimento em relação às Câmaras Municipais», reconheceu, defendendo que essas entidades sejam mais apoiadas, mas frisando também que, desde que o PS é

Governo, as verbas foram «muito aumentadas».

Dotações aumentadas 150 por cento

Segundo o governante, de 1996 até agora as Juntas de Freguesia do distrito de Beja «viram a sua dotação de verbas aumentar 150 por cento».

O secretário de Estado homologou também, em Évora, 12 protocolos semelhantes com associações daquele distrito, com um montante financeiro global superior a 66 mil contos.

Entre as obras apoiadas contam-se o restauro e conservação das igrejas Matriz de Portel e de Reguengos de Monsaraz, a construção do polidesportivo descoberto do Clube de Futebol Eborense, a construção da sede do Agrupamento de Escuteiros de Reguengos de Monsaraz e a remodelação e restauro da sede da Casa de Cultura de Corval.

Quanto a Portalegre, José Augusto Carvalho presidiu à cerimónia de assinatura de outros 12 protocolos para um apoio financeiro de cerca de 61 mil contos a associações de dez concelhos do Norte Alentejano.

As obras a realizar incluem a cobertura, reparação e arranjos exteriores de igrejas, remodelação e ampliação de instalações de sedes desportivas e recreativas, e a construção do centro paroquial de Arez, em Nisa. Estes protocolos envolvem uma participação global do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território de 61.160 contos, para um investimento total de 101.734 contos.

Os 32 protocolos inserem-se no Programa de Equipamento Associativo e Religioso, que prevê o financiamento de obras a realizar pelas associações com um orçamento não superior a 10 mil contos, comparticipados pelo Governo até ao máximo de seis mil contos.

A MAIOR REDE INFORMÁTICA DO PAÍS

António Guterres garantiu, no dia 3, em Lisboa, que a área da Justiça em Portugal terá, no final de 2002, a maior rede informática do País.

Até ao final de 2001, sustentou o primeiro-ministro, os tribunais portugueses estarão completamente informatizados, seguindo-se a completa informatização dos cartórios notariais, em 2002.

Depois de ter sido classificada como a área mais atrasada em tecnologias de informação, a Justiça portuguesa será dotada «em tempo recorde» com uma estrutura que possibilitará «um processo simples e uma justiça segura».

Guterres falava durante o teste efectuado na Direcção-Geral da Administração da Justiça do método de audição de testemunhas por videoconferência, um sistema constituído por 451 equipamentos distribuídos por 398 tribunais de todo o País.

Além do investimento que está a decorrer na máquina administrativa, o Governo aposta na dotação dos «agentes da justiça com os meios indispensáveis para que o sistema possa funcionar com rapidez», uma tarefa conjugada com a introdução de medidas de simplificação dos processos. Referindo-se à polémica que algumas medidas de simplificação processual têm causado na opinião pública, António Guterres limitou-se a sublinhar que se tais decisões fossem pacíficas «não seriam capazes de introduzir mudanças».

Para o chefe do Governo, a área da justiça está, em resumo, a sofrer uma «revolução tranquila que poderá dar a Portugal uma



justiça mais rápida e mais justa».

Dos 451 equipamentos de videoconferência instalados nos tribunais, 152 destinam-se aos 138 tribunais da zona da Relação do Porto, 89 aos 83 tribunais do distrito judicial de Coimbra, 127 aos 101

de Lisboa e 54 aos 48 tribunais da zona da Relação de Évora, havendo ainda 29 equipamentos para os 28 tribunais das Regiões Autónomas.

De acordo com uma nota divulgada pelo Ministério da Justiça, a introdução da

videoconferência «visa acelerar o processo de audição de testemunhas que vivem longe do tribunal, diminuindo as deslocações e o tempo de resposta e facilitando o acesso de toda a estrutura à informação».

Além disso, continua a nota, o sistema «facilita a comunicação, aproximando os intervenientes através da imagem e permite partilhar informação, proporcionando a qualquer das partes a possibilidade de visualizar e alterar a mesma».

Entretanto, entrou também agora em vigor o novo sistema de Apoio Judiciário, dirigido aos cidadãos portugueses e da UE, pessoas colectivas, estrangeiros e apátridas que vivem em Portugal.

O Apoio Judiciário visa permitir o acesso ao Direito e aos Tribunais às pessoas que demonstrem não dispor de meios económicos para o efeito, dispondo de um número de telefone gratuito (800 204 791) para quem pretender obter esclarecimentos sobre o seu funcionamento.

A partir de agora, o Apoio Judiciário é prestado por um advogado em igualdade com o mandato forense e os advogados estagiários só poderão intervir se e quando o processo for da sua competência própria.

Além disso, o Apoio Judiciário passa a ser tramitado pelos serviços de segurança social, libertando os tribunais deste serviço. «No processo penal, acaba o escândalo de, no limite, a defesa poder ser exercida por quem nem sequer é licenciado em direito», refere ainda a nota do Ministério da Justiça.

DEPUTADO RICARDO CASTANHEIRA

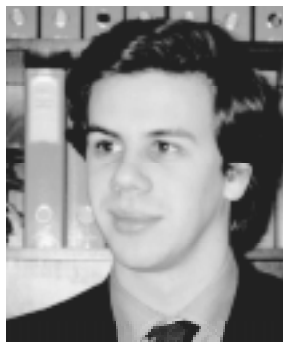
Código Penal

PROJECTOS DO PP E BE COM VÍCIOS SEMELHANTES

O deputado do PS Ricardo Castanheira, numa intervenção na Assembleia da República, teceu críticas aos projectos de lei apresentadas pelo PP e BE que visavam produzir alterações ao artigo 143 do Código Penal - «Crime público» por ofensas à integridade física cometidas por e contra agentes das forças ou serviços de segurança.

Para o deputado do PS, estas duas iniciativas legislativas, «provenientes dos partidos políticos sentados nos extremos parlamentares», têm curiosa e simultaneamente «fins idênticos, assim como «vícios semelhantes».

Segundo explicou, «os fins são simultaneamente antagónicos, porque partem de realidades diversas, resultando



na dimensão pública daquele crime quando praticado contra agentes das forças e serviços de segurança, na versão do PP, e praticado por esses mesmos agentes das forças e serviços de segurança, na versão do BE».

Para além desta «curiosidade», Ricardo Castanheira referiu que se constata «que os diferentes fins foram, contudo, alcançados por motivações semelhantes: alterar o Código Penal em função de critérios de oportunidade política».

Ora, salientou, «a solidez, a dignidade e a força do nosso sistema normativo penal não se compadecem com mutações, mais ou menos avulsas, ao sabor de correntes momentâneas de opinião ou de factos com significativo impacto mediático».

Assim, «o equívoco legislativo em que

redundou o projecto do PP estimulou o aparecimento de um seu produto, outro equívoco, desta feita com a assinatura dos deputados do BE».

Ricardo Castanheira afirmou que os autores do projecto do PP «não demonstram uma leitura atenta do Código Penal, nem tão-pouco uma leve abordagem jurisprudencial», uma vez que, em suma, o diploma do PP pretende transformar uma ofensa corporal simples «num crime público».

Por sua vez, o BE no seu projecto «afasta completamente da disponibilidade da vítima a valoração do acto contra si cometido, dispensando a sua vontade e impondo a sua substituição, neste caso abusiva, pelo Estado, face à autonomia da decisão individual».

J. C. CASTELO BRANCO

TRABALHO

Ferro Rodrigues anuncia

REFORÇO DAS INSPECÇÕES SISTEMÁTICAS CONTRA CONTRATOS ILEGAIS EM 2001

Ferro Rodrigues prometeu um maior reforço da inspeção de trabalho em 2001. Alvo: as situações insustentáveis de trabalho a prazo em situação ilegal, que alguns «empresários» teimam em manter, violando impunemente a legislação laboral a seu bel-prazer.

A Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) vai prosseguir as visitas sistemáticas de fiscalização a empresas com maior probabilidade de «esconderem» trabalho a prazo em situação ilegal, garantiu no dia 28 de Dezembro o ministro do Trabalho e da Solidariedade.

Segundo Eduardo Ferro Rodrigues, estas acções constituem o reforço da aplicação de uma nova metodologia, iniciada em Outubro. Ferro Rodrigues salientou a importância do cumprimento da lei, também nos contratos a prazo, para obter a desejável situação de «mais qualidade e mais rigor» no mercado de trabalho.



Os resultados obtidos permitem já concluir que «a ilegalidade dos contratos a prazo é menor do que pensávamos e do que se diz» (20 por cento dos contratos a prazo encontrados), defendeu.

Ferro Rodrigues faz questão, no entanto, de salientar que não é contra a adopção dos

contratos a termo, figura «importante para o desenvolvimento económico, para as empresas, mas também para os trabalhadores, principalmente quando visam a inserção no mercado de trabalho». Mas, as regras previstas na lei do trabalho devem ser cumpridas.

E a lei define claramente as situações em que é admissível o contrato a prazo, como a substituição de funcionários ausentes ou o acréscimo temporário de trabalho.

De salientar que muitos «empresários» atropelam o espírito da lei contratando a prazo como norma, para já não falar na questão do escândalo dos falsos recibos verdes, que, para além de serem um abuso, lesam o Estado e violam os direitos de cidadania dos trabalhadores que ainda ficam completamente desprovidos de qualquer protecção social.

Na primeira fase da aplicação da nova metodologia, as irregularidades detectadas deram origem a coimas de cerca de 99 mil contos, correspondentes às situações de 1217 trabalhadores, encontrados com contrato a prazo em situação ilegal.

Outra consequência das visitas de fiscalização, além das coimas às empresas, e mais benéfica para os trabalhadores, foi a regularização de 90 por cento dos casos ilegais, que passaram a ter vínculo permanente à entidade para a qual desempenhavam funções.

Ilegalidades de alguns «empresários»

Os inspectores encontraram ainda outras situações ilegais que não de contratos a termo, como trabalho temporário ou trabalho dissimulado, que tiveram como consequência a regularização de mais 500 trabalhadores.

Os sectores escolhidos para as visitas efectuadas em Outubro e Novembro foram o comércio (nomeadamente médias e grandes superfícies), restauração, panificação e empresas de construção civil, com especial incidência nas de média dimensão.

Para o próximo ano, as acções vão ser alargadas a mais sectores, onde há indícios de situações de abuso.

CULTURA

POC

MAIS DE UM MILHÃO DE CONTOS ATRIBUÍDOS

A Sé da Guarda, o Teatro Aveirense e o Museu do Chiado figuram entre as oito candidaturas aprovadas no âmbito do Programa Operacional de Cultura (POC), envolvendo uma verba global de 1.186.631 contos.

Os restantes projectos contemplados dizem respeito ao Mosteiro de Santa Maria de Aguiar, Encontros de Fotografia 2000 de Coimbra, Grupos de Teatro (Região Alentejo), Museu de Arte Popular e Museu Nacional de Arte Antiga.

Este é o primeiro pacote de candidaturas homologadas no âmbito do POC, inserido no terceiro Quadro Comunitário de Apoio

(2000-2006) e que constitui o primeiro e único programa operacional na União Europeia destinado especificamente à área da Cultura.

O POC estrutura-se em dois «eixos prioritários»: «Valorizar o Património» e «Favorecer o Acesso a Bens Culturais». Por sua vez, estes eixos contemplam quatro medidas operacionais e uma de assistência técnica.

De acordo com o comunicado divulgado, no passado dia 28 de Dezembro, pelo Ministério da Cultura, o POC representa a triplicação do investimento na área da Cultura relativamente ao anterior QCA: de

22,095 milhões de contos em 1994/1999 aumentou-se para 72,332 milhões de contos.

As candidaturas agora aprovadas correspondem a um investimento global de 1.975.665 contos. As participações do POC, para cada um dos casos, são na ordem dos 75 e 62 por cento.

Dos oito projectos, cabe ao Teatro Aveirense a verba mais elevada, de 641.100 contos, destinada à «remodelação, recuperação e equipamento» daquele espaço. Segue-se o Museu Nacional do Chiado, que receberá 185.291 contos para «implementação de exposições retros-

pectivas de artistas portugueses».

Logo a seguir surgem os Encontros de Fotografia 2000 de Coimbra, que vão receber 91.913 contos. O menor montante é de 12.056 contos, e foi atribuído aos Grupos de Teatro (Alentejo), visando o apoio ao Equipamento de Luz e Som.

Este pacote inclui ainda uma rubrica designada por «Assistência Técnica ao POC (2000)», que tecnicamente se equipara a qualquer outra candidatura, mas que na prática se destina à própria «estrutura de intervenção operacional de Cultura». A ela são consagrados 66.713 contos.

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

- Nova Rede** - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005
- CGD** - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
- BES** - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278





Almodôvar

Natal dos Idosos 2000

A exemplo de anos anteriores, a Câmara Municipal de Almodôvar e o Grupo Sociocultural da Paróquia de Almodôvar realizaram no dia 16 de Dezembro, na Escola EB 2,3 Dr. João de Brito Camacho, o Natal dos Idosos.

Esta iniciativa teve como objectivos centrais proporcionar aos idosos do concelho uma tarde de convívio e amizade, nesta quadra natalícia, já que muitos deles vivem em locais isolados do concelho e não dispõem de meios económicos.

Convívio, lanche, celebração eucarística e actuação de vários grupos de música popular e coral do concelho fizeram parte do programa

Amarante

Habitação para 80 famílias

A habitação social é uma das prioridades da Câmara Municipal de Amarante.

Neste quadro, a autarquia entregou, ao longo do ano 2000, 80 habitações onde foram realojadas outras tantas famílias.

Em Outubro, teve lugar a atribuição dos fogos do edifício de S. Lázaro, onde a edilidade adquiriu 48 habitações a custos controlados, destinadas a realojar agregados carenciados com rendas apoiadas



Esta foi a segunda entrega depois de, em Junho, na presença da secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, terem sido distribuídas a 32 famílias as chaves de casas na Bouça do Pombal.

Fafe

Financiamento da rede do pré-escolar

O município de Fafe deliberou aprovar o recurso a financiamento externo, ao abrigo da linha de crédito bonificado da Caixa Geral de Depósitos, criada em 1998, a favor das câmaras e outras entidades que prossigam actividades no domínio do ensino e destinada ao financiamento de investimentos na rede de educação pré-escolar.

A autarquia tem em execução diversos projectos susceptíveis de serem enquadrados e financiados por aquela linha de crédito, designadamente a remodelação do jardim-de-infância de Santo Ovídio e a construção dos jardins-

de-infância de Geira, Serrinha, Pequite e Cepães.

Faro

Câmara reforça apoio a crianças em risco

Tendo em vista reforçar o apoio concedido pela Câmara Municipal de Faro à actividade desenvolvida pelo Refúgio Aboim Ascensão ao nível da intervenção precoce na criança em risco, foi decidido alterar o protocolo em vigor desde 1997, passando esta IPSS a receber um apoio da ordem dos 1600 contos mensais.



Este reforço no apoio financeiro à instituição irá permitir a contratação de mais dois terapeutas, técnicos imprescindíveis para os serviços especializados na área de intervenção do Refúgio Aboim Ascensão.

Lisboa

Realojamentos na Musgueira Sul

As duas últimas famílias que ainda moravam no bairro de barracas da Musgueira Sul foram realojadas no dia 28 de Dezembro no Alto do Lumiar, terminando um processo iniciado em 1992 e que envolveu um total de 1000 agregados familiares.



A demolição das cerca de mil barracas do bairro da Musgueira Sul, construído na segunda metade da década de 60, começou há oito anos e terminou este mês com um acto simbólico de destruição das últimas construções abarracadas, a que assistirá o presidente da Câmara de Lisboa, João Soares, e o vereador da Habitação, Vasco Franco.

Esta última fase de realojamento começou em Outubro deste ano e abrangeu cerca de 300 famílias que foram sendo realojadas em fogos construídos no âmbito da

execução do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar.

O PER de Lisboa engloba não só o realojamento de famílias a morar em barracas, mas também em edifícios de alvenaria, razão pela qual não estará concluído no final do actual mandato de João Soares, que termina no final de 2001. «No final do próximo ano, o problema das barracas estará resolvido. Já a demolição dos edifícios de alvenaria deverá prolongar-se um pouco mais», acrescentou Vasco Franco.

Só este ano, a autarquia lisboeta foi responsável pelo realojamento de mais de 2500 famílias, num processo que já realoju, no total, mais de dez mil famílias.

Montijo

II Encontro de Água e Saneamento

Realizou-se no passado dia 14 de Dezembro, no auditório da Galeria Municipal, o II Encontro de Água e Saneamento do Município do Montijo.



Em debate neste evento organizado pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal do Montijo (SMAS) estiveram três painéis: «A gestão de uma rede de saneamento de uma grande cidade», «Sistemas de abastecimento de água e de rejeição e tratamento de efluentes do concelho – avaliação da prospectiva» e «Novo reservatório de água na cidade do Montijo».

Ovar

Aprovadas as opções do Plano de Actividades e Orçamento



A Câmara Municipal de Ovar aprovou as opções do Plano de Actividades e respectivo Orçamento no montante global

de 6.428.344 contos, tendo em vista a quantidade de obras em curso ou em fase de arranque e os grandes projectos em fase de conclusão e lançamento a concurso, como é o caso da obra de saneamento da praia de Cortegaça, a conclusão da rede de água do concelho, do projecto da pista municipal de atletismo, o projecto de reformulação da Av. da Régua, em Ovar, da Av. da Praia da Cortegaça e das Praças da cidade de Ovar, no âmbito do Procom.

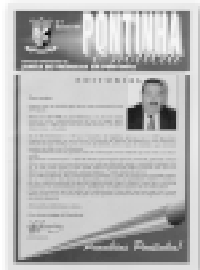
Câmara leva crianças ao circo

A Câmara Municipal de Ovar proporcionou no dia 13 de Dezembro à comunidade escolar do concelho (2900 crianças das escolas pré-primárias e do 1º ciclo) um espectáculo de circo nas instalações do Europarque – Santa Maria da Feira., integrado nos festejos da quadra natalícia.

Pontinha

Boletim informativo

A Junta de Freguesia da Pontinha editou mais um número do seu boletim informativo «Pontinha é Notícia».



São 12 páginas, de excelente aspecto gráfico, que pretendem dar a conhecer as numerosas iniciativas levadas a cabo pela autarquia, que tem como presidente o camarada José Guerreiro.

Do ambiente à cultura, passando pela acção social e desporto, o boletim noticia as mais emblemáticas realizações levadas a cabo pela Junta.

Santo Tirso

Exposição de cerâmica

Esteve patente ao público, de 15 a 20 de Dezembro, no átrio do edifício da Câmara Municipal de Santo Tirso, uma exposição de cerâmica.

A mostra foi constituída pelos trabalhos desenvolvidos pelos 12 formandos – todos eles à procura do primeiro emprego ou jovens desempregados – que frequentaram no último ano a Escola-Oficina de Cerâmica de Santo Tirso.

De entre os trabalhos expostos destaca-se para os painéis de azulejos, as lastras, os bustos e outras belíssimas peças em barro.

PS EM MOVIMENTO

AÇORES

PS acusa PSD

O PS/Açores acusou no dia 29 de Dezembro os dirigentes do PSD da região de tentativa de «riscar do calendário político» as eleições presidenciais de 14 de Janeiro.

Numa declaração sobre as presidenciais, o presidente da Comissão Regional dos socialistas açorianos, Dionísio Sousa, considerou que o comportamento do PSD regional entronca na estratégia que este partido tem adoptado de redução a um «localismo estreito».

Ao apoiar Ferreira do Amaral, o PSD confronta-se ainda com a «incómoda situação de ter de aceitar aquilo que não escolheram e de ter de rejeitar, precisamente, aquilo que os açorianos, desde 1996, vêm repetidamente escolhendo», sublinhou.

Para o PS/Açores, o candidato do PSD, um «ex-governante do cavaquismo», prejudicou a região «por omissões deliberadas e condenáveis».

Dionísio Sousa destacou o posicionamento inverso do candidato apoiado pelos socialistas, Jorge Sampaio, um adepto da «autonomia progressiva», uma opção com grandes benefícios para as ilhas.

PS quer valorizar Parlamento

Os deputados do PS propuseram à Assembleia Regional dos Açores a criação de uma comissão eventual para estudar medidas que valorizem o Parlamento, através da sua aproximação aos eleitores.

Em conferência de imprensa, o líder da bancada socialista salientou que a constituição da Comissão Eventual para uma Nova Assembleia num Novo Século pretende responder ao desafio de encontrar «medidas imediatas» para que o parlamento reassuma um «lugar cimeiro» no quadro institucional da democracia representativa.

Segundo Vasco Cordeiro, para alcançar o objectivo proposto pelos deputados do PS a comissão deverá, nomeadamente, analisar as possibilidades abertas pelas novas tecnologias da sociedade de informação.

Além disso, o grupo parlamentar do PS propõe a transmissão televisiva dos plenários e a alteração do diploma de apoio aos órgãos de comunicação social para a cobertura dos trabalhos da Assembleia.

O novo grupo de trabalho parlamentar deverá estudar as condições para a generalização do uso das videoconferências no trabalho das diversas comissões, através da instalação de equipamento apropriado na sede e nas delegações da Assembleia, defenderam os socialistas.

Na Assembleia Regional eleita em Outubro, o PS dispôs de 30 deputados, contra 18 do PSD, dois do PP e outros tantos do PCP.

ALEMANHA

Federação elogia Sampaio

A Federação da Alemanha do PS lançou uma campanha de recolha de assinaturas para apoio da candidatura presidencial de Jorge Sampaio e para dinamizar a presença de outros compatriotas no acto eleitoral.

O Manifesto Eleitoral, subscrito pelos mandatários desta candidatura nas diversas áreas consulares da Alemanha (Hamburgo, Osnabrueck, Dusseldórfia, Frankfurt e Estugarda) convida todos os portugueses residentes neste país a votar e lembra que é a primeira vez que podem exercer este direito em eleições presidenciais.

Os militantes socialistas na emigração enaltecem ainda a personalidade de Jorge Sampaio, afirmando que o actual Chefe de Estado soube ser o defensor dos interesses dos portugueses que vivem no estrangeiro.

«Esta Federação decidiu disponibilizar os meios ao seu dispor em prol desta candidatura, merecedora da nossa confiança pessoal e política», diz ainda o comunicado da estrutura do PS na Alemanha.

ALMADA

Militante crítica Concelhia

O camarada Hélder José Malacão Bravo, militante 100.852 do PS, numa nota enviada à nossa redacção, tece duras críticas à Comissão Política Concelhia do PS/Almada, que acusa de «fortíssima tendência autoritária».

Segundo refere, «para a composição dos 53 lugares da Comissão, o presidente e novamente candidato ao cargo, Vítor Vale, contactou a Secção da Costa de Caparica para indicar quatro camaradas efectivos. O Secretariado desta Secção procedeu de acordo com o solicitado, recebendo no dia 17 de Novembro, uma semana antes do acto eleitoral, uma lista onde constavam os camaradas indicados».

No entanto, prossegue, «na terça-feira seguinte, a quatro dias da eleição, foi o secretário-coordenador convocado para a Comissão Política Concelhia, onde lhe foi entregue para sua enorme estupefação, nova lista de candidatos, de onde tinham sido saneados os quatro camaradas propostos pelo Secretariado da Secção e substituídos por outros à completa revelia deste órgão».

CABECEIRAS DE BASTO

Nova Comissão Política

A camarada Isabel Coutinho é a nova presidente da Comissão Política do PS/Cabeceiras de Basto.

A lista eleita para a Comissão Política, liderada pela camarada Isabel Coutinho, integra um conjunto de jovens, autarcas e outros militantes socialistas, revelando uma clara tendência de «renovação gradual e sustentada», num quadro de abertura à sociedade civil.

SANTA IRIA DE AZOIA

Novos órgãos dirigentes

Tomaram posse recentemente os membros da Mesa da Assembleia Geral e do Secretariado da Secção de Santa Iria de Azoia.

António Vaz varela é o coordenador do Secretariado, que integra os camaradas Carlos Manuel Pereira, Álvaro Landeira, Fernando Alves de Abreu, João António Pereira e Vítor Manuel Teixeira.

Quanto à Mesa da Assembleia Geral, é composta pelos camaradas Fernando Garcia Agante, Beatriz Soares Varela e Cesídio Tanganho Amaro.

NATAL

Almoço de confraternização

O restaurante «Papagaio da Serafina» foi palco no passado dia 18 do tradicional almoço de Natal dos funcionários e colaboradores do PS, que contou com a presença dos camaradas António Guterres, Jorge Coelho e António.

Um almoço de confraternização da família socialista em torno dos valores da liberdade, fraternidade e igualdade.

Ainda no âmbito das comemorações da quadra natalícia, teve lugar no dia 16, na sede nacional do Largo do Rato, uma festa-lanche dedicada aos filhos dos funcionários do PS



IDEOLOGIA

José Barros Moura

GOVERNAR À ESQUERDA



Estimulado pelo apelo de E. Prado Coelho (Público, 28.12.00) de «mobilizar toda a esquerda sem medo das palavras», de preferência ao tacticismo cauteloso que prefere não caracterizar ideologicamente as políticas para «não assustar a direita», fui reler o ainda interessante livro editado pela JS de Sérgio Sousa Pinto no final de 97 e, curiosamente, recordado há dias por Mário Soares na Antena 1, intitulado «O que é governar à esquerda?», para o qual escrevi um artigo crítico mas confiante no Governo da Nova

Maioria. Nas suas diferentes orientações e ambições, os textos têm de comum e encorajador o assumirem que continua a fazer sentido a diferenciação esquerda-direita, ao contrário do que era moda dizer depois do fim do comunismo. O próprio conflito social e ideológico em que a diferenciação assenta é imprescindível para que a sociedade não estagne e se transforme. Além do objectivo de transformar a realidade, transformar a vida, vencer a dependência e alienação individual e colectiva, o ideal da igualdade é, juntamente com o da liberdade e o da paz, um critério diferenciador da esquerda que teria a igualdade como a sua «estrela polar» (N. Bobbio, *Destra e Sinistra*, Donzelli, 2ª ed. 95).

No entanto, em 1995 como agora, o difícil não era definir o conteúdo e os métodos de um programa de esquerda para Portugal: estumada a miragem da construção revolucionária de uma sociedade outra, tornou-se consensual configurar o programa de esquerda como um conjunto de reformas, a executar gradualmente, no sentido de combater as



desigualdades sociais, superar os impedimentos objectivos ao desenvolvimento do país e as desigualdades entre regiões, garantir a igualdade de oportunidades, incluindo a fruição dos bens culturais, promover a solidariedade entre gerações, nomeadamente a preservação do ambiente. Tudo no quadro de uma economia de mercado em que o papel do Estado é essencialmente regulador e não proprietário de meios de produção, preservando a confiança dos operadores económicos e sem abaatar, pelo contrário estimulando a enorme criatividade potencial de uma sociedade livre. Para esse efeito, o Estado tem de exercer o seu poder legítimo para vencer as

resistências dos sectores que têm de perder poder e privilégios; tem aliás de repartir poder por autarquias e regiões; tem de fortalecer os meios de acção e influência de sindicatos e ONG e suscitar maior participação da sociedade. Tem de mobilizar as forças vivas da sociedade e a opinião pública para apoiar as reformas. Tudo isso, com mais ou menos radicalismo verbal, está no programa dos Estados Gerais e nos programas dos outros partidos de esquerda. O problema sempre foi como realizá-los, isto é, com que suporte parlamentar. Com quem, contra quem?

Em 1995 dei voz nos Estados Gerais a uma corrente que defendia que o PS «deveria assumir sem ambiguidades a identidade e o programa alternativo da esquerda» com o objectivo de conquistar nesse espaço uma «hegemonia» geradora de estabilidade e confiança, «indispensável para garantir o apoio das camadas "centrais" do eleitorado sem as quais não se ganha a maioria». Não foi essa a opinião que prevaleceu, como se sabe, mas sim a inversa: dar prioridade ao discurso «moderado», para ganhar o centro, deixando aos partidos à esquerda do PS, que não ganhou a maioria absoluta, um espaço superior ao que teriam se o discurso e a prática do PS fossem mais à esquerda.

O Congresso do PS vai permitir discutir a futura política de alianças num quadro, diferente de 1995, em que, apesar dos seus próprios problemas, tanto o PCP como o BE não podem ser ignorados. Defendo soluções «à esquerda».

Mas, entretanto, os termos do problema são os seguintes, caro Prado Coelho; para realizar políticas de esquerda o PS

necessita de acordos pontuais com o PCP e o BE, mas não pode alienar o centro. Isto é, não pode passar a comportar-se como se o Governo não assentasse no compromisso eleitoral conhecido.

Poderia a prática política ser alterada sem eleições e sem dar o comando à minoria de esquerda (PCP/BE)? Até poderia, mas com vontade política de todos os participantes no jogo. É que um programa de esquerda não consiste só nos aspectos fáceis e populares da máxima «tirar aos ricos para dar aos pobres». Em Portugal exige vencer enormes obstáculos estruturais à modernização do país, nomeadamente com a reforma da Administração Pública que se traduz em suprimir as sinecuras e funções improdutivas e em diferenciar remunerações e regalias pelo mérito; em flexibilizar o trabalho sem cair na ilegalidade; em inúmeras liberalizações e privatizações ainda por fazer; na resolução da questão dos lixos e co-incineração sem cedência ao populismo; em exigir mais trabalho e rigor a estudantes e professores... Para isso, as resistências dos sectores sociais envolvidos são enormes, tão fortes como a dos sectores possidentes afectados pela reforma fiscal. A questão é: estariam os dois partidos «mais à esquerda» dispostos a viabilizar as medidas referidas, no quadro de um acordo global (que defendesse e mobilizasse a sua base social) contendo também as outras medidas correspondentes ao seu próprio programa, como as recentes da reforma fiscal ou da segurança social que se deram ao luxo de só viabilizar pela abstenção? Ou vão continuar no seu simpático papel de Zé do Telhado?

Vamos então não ter medo das palavras.

In «Diário Económico», 3 de Janeiro de 2001

ELEIÇÕES

José Pinto da Silva

PRESIDENCIAIS

Numa conversa a propósito de nada, tendo-se descambado para o tema da política e, nesta para eleições de Presidente da República, um antigo emigrante por terras francesas durante bastantes anos contou um episódio curioso e que pode ter agora alguma leitura comparativa. Porque lá estava há anos e por interesse de ordem profissional tinha tomado a decisão de obter a nacionalidade do país acolhedor (dupla nacionalidade) e, como assim, ganhara todos os direitos cívicos do país e, nesses, o de voto.

Estava-se numa campanha eleitoral para a eleição presidencial e, entre eleitores, emigrantes e naturais, surgiam sempre discussões sobre as melhores ou piores

opções de cada qual. Esse emigrante, no quente da discussão terá dito que sabia qual o candidato que não convinha à França e aos franceses e quando se dirigia para a assembleia eleitoral disse aos habitualmente mais acalorados nas discussões: - «Vou escolher o vosso presidente. E, se for eleito aquele em que vou votar, eu dou a volta ao carro e vou para a minha terra e haveis vós de ficar aqui aturá-lo e a suportar o que ele entender».

Outro tanto poderá vir a acontecer a partir de quando vigore a nova lei eleitoral. Um luso americano (ou luso outra coisa qualquer) que não conhece Portugal nem a sua língua, nem o seu contorno geográfico e muito menos a sua história, pode muito bem dizer: «Vou escolher (ajudar a) o Presidente da República

de Portugal. Estou-me marimbando para se é bom ou mau, se interessa ou não a Portugal. Eu meto o papel na urna aqui «na minha terra» e eles lá que se avenham com o que lhes calhar em sorte».

Ao menos que um semelhante eleitor terá que ir, ele próprio, depositar o seu voto na urna, em vez de poder um qualquer recolher boletins e, por correspondência, votar em nome de dúzias. Do mal o menos.

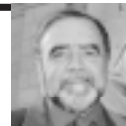
Façamos um pequeno exercício de imaginação. Estamos em tempo eleitoral para as presidenciais. Há dois candidatos de tendências diferentes, se calhar opostas, que passaram à segunda volta, perspectivando-se luta muito renhida acontece o acto eleitoral, contam-se os votos e, contados os territórios, ganha o

candidato «A» por uma diferença de, por exemplo 2 000 mil votos. Mas tem a festa que ficar suspensa porque não foram ainda apurados os votos do círculo «X» dos Estados Unidos ou do círculo «Y» da África do Sul. Apurados estes, conclui-se que o resultado se inverte para uma vitória do candidato «B» por uma diferença mínima de votos. E apura-se depois que a generalidade dos eleitores daquele(s) círculo(s), de Portugal tem mesmo e só a nacionalidade, e o que os liga ao país é só o serem filhos de pais portugueses, estes às vezes também já nascidos no país de acolhimento. Seria justo se tal circunstância ocorresse? E em teoria pode ocorrer. O que está acontecer nos Estados Unidos não fará pensar quem gera e faz sair as leis?

PRESIDENCIAIS

Manuel Alegre

UM INIMIGO CHAMADO ABSTENÇÃO



Narrar é resistir, disse Guimarães Rosa. Talvez por isso me apetece hoje narrar a campanha de Humberto Delgado, essa formidável pedrada no charco que em 1958 levantou o País de norte a sul, abalou o regime e obrigou Salazar, não só a falsificar os resultados, como a acabar com o sufrágio directo na eleição presidencial. Todos os que viveram essa campanha sentiram-se pessoalmente roubados. Não foi só, como escreveu Fernando Madrinha, um trauma, foi um momento decisivo na formação democrática de muitos portugueses. Por isso me apetece falar dessa batalha, não apenas como forma de resistir ao esquecimento, mas como resistência activa contra o risco de abstenção na eleição presidencial que se aproxima. Segundo uma sondagem recente, 92 por cento dos portugueses são favoráveis à eleição directa do Presidente da República. É ainda um tributo ao general que deu a vida para que os portugueses pudessem um dia eleger o seu Presidente. O sufrágio directo não é um trauma do

passado, é um elemento estruturante do sistema democrático. Mas se Salazar teve de recorrer à fraude para subverter o resultado eleitoral, a direita ainda não foi capaz de resolver o seu problema com a eleição presidencial. Esse é que é o trauma. Houve a célebre fórmula de Sá Carneiro: «Uma maioria, um governo, um Presidente». Era boa para a direita, mas como foi historicamente realizada com outra cor passou a ser diabolizada. Soares Carneiro era uma batalha previamente perdida. Tentaram depois com Freitas do Amaral, esteve quase, mas havia uma dificuldade intrançável chamada Mário Soares. Recorreu-se a Cavaco Silva, mas surgiu outro obstáculo que dá pelo nome de Jorge Sampaio. Desta vez a direita parece ter desistido. Não tem candidato, porque só o é verdadeiramente quem concorre para ganhar. Ora, salvo o devido respeito, não é o caso de Ferreira do Amaral. Com a agravante de, ao apresentar-se como representante dos não-socialistas, ter

reintroduzido na vida política uma lógica de facção e de fractura. A direita mudou de tática: como não consegue ganhar, procura desvalorizar a própria eleição presidencial. Alguns foram ao ponto de pôr em causa o próprio método de eleição. A última sondagem deu-lhes a resposta. A ausência de um candidato forte é uma forma encapotada de banalizar a campanha e fomentar a abstenção. Os socialistas não precisam de se inventar como inimigos internos. Têm um inimigo externo chamado abstenção. Os socialistas e todos aqueles que acima da clubite partidária colocam o país e a democracia. A eleição do Presidente da República é um acto solene e fundamental para o funcionamento do sistema político. Além dos poderes que a Constituição lhe confere, ele tem o mais importante de todos os poderes, aquele que lhe vem directamente do povo. O Presidente da República é o único órgão de soberania unipessoal, não partilha com ninguém esse supremo poder de

representação que tem a força de ser um poder-símbolo. É a ele que compete assegurar o regular funcionamento das instituições democráticas, preceito que, em última análise, a ele e só a ele cabe interpretar. É por isso que desvalorizar a eleição presidencial é diminuir o próprio regime democrático constitucional. Resistência e Democracia, assim se auto-retratou Jorge Sampaio em Trás-os-Montes. Na linha de Humberto Delgado e Mário Soares. Na linha da sua própria vida. Pela cultura e pela acção, Sampaio pertence àquela linhagem que desde um Verney, um Garrett, um Antero, um António Sérgio, um Jaime Cortesão, um Bento Caraga até Mário Soares, sempre defendeu para Portugal o espírito crítico e livre, a reestruturação metropolitana, a reforma da mentalidade, os valores humanistas. Merece que todos os democratas se mobilizem contra a abstenção, pela dignificação do acto eleitoral. Dar força ao Presidente é dar força à democracia e a Portugal.

In-Expresso-

POLÍTICA

José Medeiros Ferreira

A IMPORTÂNCIA DAS PRESIDENCIAIS



Escrivi eu nesta coluna a 20 de Junho: «Há sinais avulsos de que se prepara uma crise política outonal, mesmo nas vésperas da campanha eleitoral para a Presidência da República.» Como ainda ninguém falava no assunto, intitulei o artigo de Crise dos sinais... É claro que não imaginava qual seria o formato exacto dessa crise que agitaria o nosso mundo da opinião, mas parecia-me que alguma surgiria a tempo de embarcar a previsível robusta vitória de Jorge Sampaio. Essa previsível vitória devia-se sobretudo à personalidade do actual Presidente da República e não a qualquer fatalidade automática derivada da falsa regra sobre a reeleição assegurada por quem ganhar um primeiro mandato... Essa regra só tem servido de álibi para as sucessivas derrotas da direita nas presidenciais. Em 1980 ainda tentaram disputar o mandato a Ramalho Eanes jogando com o general Soares Carneiro. Mas já em 1991 evitaram medir forças com Mário Soares, limitando-se a uma campanha de desgaste protagonizada então por Basílio Horta e copiada agora por Ferreira do Amaral. Assim mais valia ter deixado o próprio Basílio Horta no terreno. A verdadeira regra das presidenciais não é a da automaticidade da reeleição mas a falta de maioria eleitoral da direita desde que o regime constitucional-democrático

vigora. Consciente dessa realidade persistente, esta tenta agora desvalorizar as eleições presidenciais, embora já tenha consumido nelas personalidades como Soares Carneiro, Freitas do Amaral e Cavaco Silva. Até parece que não há mais... Impotente no campo aberto da disputa eleitoral, e ainda incapaz de formalizar o seu desejo táctico de rever a Constituição para eliminar a eleição directa do PR, a direita política e sociológica entretém-se com cenários infantis como o de contabilizar as abstenções para fantasiar sobre uma qualquer quebra de legitimidade daquele órgão de soberania. Como não chega a ser perigosa, esta atitude é simplesmente insignificante. Acontece que todas as sondagens e estudos de opinião apontam um persistente prestígio do órgão de soberania Presidente da República, o mais prestigiado entre todos. Como compaginar então essa identificação dos portugueses com a instituição presidencial e a vontade de alguns em minar-lhe a substância? E os que tanto se preocupam com as lições a tirar da experiência da I República ainda se não deram conta que um dos esteios do actual regime reside na eleição directa do PR, que assim se liberta do jogo das combinações partidárias? Os partidos têm o seu lugar na Assembleia da República, no Governo, nas autarquias. O PR representa directamente o soberano.

Não posso assim estar de acordo com todos aqueles que pretendem reduzir a importância das próximas eleições, sobretudo num momento em que é preciso emprestar mais energia às instituições democráticas debilitadas no mar revolto do mundo da opinião. Como alertava Bernardino Machado em 1922: «Modernamente, criou-se esta força inelutável, a opinião. Ninguém lhe resiste. Todos têm de se inclinar diante dela. (...) Mas se, contra ela e sem ela, não se governa, ela também, dispersa, avulsa, não governa.» A frase é bem actual, por isso cito o último Presidente da I República... O Presidente da República tem a responsabilidade de reunir e organizar as diferentes correntes de opinião no sentido da máxima unidade possível. Esse papel informal tem sido desempenhado, a contento geral, pelos presidentes eleitos Ramalho Eanes, Mário Soares, Jorge Sampaio. Reside aliás nesses desempenhos uma das explicações para a estabilidade do presente quadro político-institucional e mais uma das diferenças positivas em relação à monarquia constitucional e à I República. De todos os regimes democráticos de que Portugal se dotou, o actual é o melhor, embora lhe desfaleça frequentemente a capacidade reformadora e a tentação do usufruto pacato esteja presente.

É verdade que o actual regime democrático se encontra numa fase de transição entre os seus fundadores e os seus continuadores. É verdade que, como escreveu neste DN de 27 de Dezembro p.p. Mário Soares, nessa mesma passagem se perdeu a «república de epígonos» que «engendrou a ditadura». É verdade, ainda que esta é uma «lição a não esquecer». Por ser verdade tudo isto é que a próxima eleição presidencial é mais importante do que se quer fazer crer. Por nela assentar o órgão de soberania mais prestigiado do Estado democrático português e por através dela se poder continuar o magistério político de Jorge Sampaio, que tão bem desempenha o seu papel de intermediário entre fundadores e continuadores do regime democrático saído do derrube da ditadura. A estabilidade das instituições democráticas depende da credibilidade política do Presidente da República no exercício das suas funções. Jorge Sampaio ganhou esse credibilidade no exercício do seu primeiro mandato. Não necessitou nem de padrinhos nem de apaniguados. Só necessitou de derrotar em eleições o melhor governante que a direita já teve: Cavaco Silva. Que culpa tem ele que mais ninguém no País se apresente à altura das circunstâncias? Ou será que só daqui a cinco anos se descobrirá a importância das presidenciais?

In-Diário de Notícias-

O NOVO MILÉNIO



Em vários artigos anteriores tenho insistido sobre a radical imprevisibilidade da História. Ninguém previu, seriamente, o colapso do comunismo em 1989 (queda do muro de Berlim). Nem a guerra do Golfo, em 1991, que de algum modo foi o contraponto à euforia que se seguiu ao fim do comunismo e ao sonho de um mundo de paz perpétua e de democracia universal... Que verá o novo século? A última década do século XX representou o triunfo do hegemonismo americano - militar, económico, tecnológico e informático. Com a tentativa de instrumentalização da NATO, à qual se procurou atribuir competência ofensiva, para lá da zona euro-atlântica - o chamado «novo conceito estratégico» (lançado durante a guerra do Kosovo, que considerei então «um perigo precedente») - e de uma efectiva marginalização da ONU e da OSCE. Em contraponto à «ordem» neoliberal americana - que não conseguiu impor-se com a facilidade esperada, em tempo de globalização informática, com a Internet, como meio de organização de redes de cidadãos independentes - a União Europeia procurou defender a «paz social», baseada na «boa vizinhança» e na solidariedade, no respeito das identidades culturais e linguísticas, tentando corrigir as desigualdades através de políticas de redistribuição de riqueza - o que resta agora, na Europa social-democrata, conservadora e social-cristã dos nossos dias, do velho sonho socialista herdado do

século passado... Sem grande sucesso, como se viu em Nice. O século XXI anuncia-se agora, entre sombras e incertezas. O «império» americano - hiperpotência que pretende conduzir o mundo - forneceu-nos um espectáculo totalmente inesperado e nada edificante, ao precisar de 36 longos dias de completo imbróglio jurídico-político para eleger o seu 43º Presidente da República. George W. Bush foi finalmente declarado Presidente dos Estados Unidos por um voto de maioria do Supremo Tribunal Federal, sem contar com a maioria dos eleitores americanos (que votaram por Al Gore) e com o Congresso recém-eleito dividido praticamente ao meio (na Câmara dos Representantes teve oito votos de vantagem sobre os demócratas, num total de 453 lugares; no Senado, 50 contra 50...). Jamais, dizem os comentadores de todos os bordos, um presidente dos Estados Unidos chegou ao poder tão fragilizado, pela batalha jurídica que precedeu a declaração de vitória, pela manifesta falta de entusiasmo dos seus concidadãos em relação a ele, pelas divisões expressas no seu próprio partido e ainda por um clima ameaçador de recessão económica que se teme possa pôr fim aos oito anos triunfais de expansão económica oferecidos por Bill Clinton... Contudo, George W. Bush, aluno medíocre, que os jornalistas americanos descrevem como pouco dotado, «cowboy» assumido, «conservador com compaixão», como ele próprio se define, pragmático e intuitivo,

como demonstrou ser enquanto governador do Texas é, para os que o conhecem, um ser humano determinado, sereno, seguro de si próprio, que tem tido, reconhecidamente, a coragem de se mostrar tal como é, sem disfarces. «Um presidente não precisa de saber tudo - terá dito -, basta ter bom senso e capacidade de decidir em tempo útil». Também mostrou ser, no Texas, como ele próprio afirmou, «um homem de união e não um divisor». Com efeito, a equipa que acaba de escolher é, nos postos mais significativos, constituída por homens e mulheres de experiência, todos ligados a Bush-pai, que foi um grande Presidente dos Estados Unidos, injustamente apreciado na sua fase final. O vice-presidente Dick Cheney, antigo secretário da Defesa de Bush, é um conservador da ala direita do Partido Republicano. Collin Powell, futuro secretário de Estado, é um general de invulgar prestígio nos Estados Unidos, o homem da guerra do Golfo, afro-americano, moderado, provavelmente menos interventor em política externa do que foi Madeleine Albright. Segundo assegura Giscard d'Estaing, que diz conhecê-lo bem e apreciá-lo, «não é contra o pilar europeu da NATO, desde que não ponha em causa o funcionamento da organização». Condoleezza Rice, nova directora do Conselho Nacional de Segurança, é uma reputada universitária, também antiga colaboradora de Bush, a primeira mulher a ocupar cargo de tal importância. Sob

esse aspecto, George W. Bush quis dar um sinal claro de abertura: um aceno de simpatia às minorias negra e hispânica, com a nomeação do juiz do Tribunal Supremo do Texas, Al Gonzales (de origem espanhola ou espano-portuguesa como o «s» no final do nome parece significar). Iremos assistir à apetecida «revolução conservadora», como desejam os mais radicais republicanos? Ou a uma política mais prudente, de abertura e moderação, para não agravar as divisões evidenciadas na eleição e consolidar o prestígio do chefe da Casa Branca? Prestígio e determinação tão necessários, nos tempos incertos que se avizinham, para a América, para a Europa e, sobretudo, para o resto do mundo... De qualquer modo, quanto a mim, a vitória de George W. Bush representou uma clarificação. Clinton (e Al Gore na sua esteira) foi o brilhante «jongleur» capaz de reunir e paralisar os contrários, evitando as opções de fundo. Oito anos desse «virtuosismo» bastaram. Temos pela frente agora anos mais sérios, em que a divisão das águas se torna inevitável. Poderão constituir uma grande oportunidade para a Europa, se tiver governantes à altura. Para o mundo, em geral. E um bem, igualmente, para os Estados Unidos (aos quais Bush promete poupar 1.500 milhares de milhões de dólares que não serão pagos em impostos), se a América conseguir libertar-se da pretensão insensata de governar sozinho o mundo e tiver capacidade para afastar a recessão que se anuncia...

In-Expresso

PRESTIGIAR A VIDA POLÍTICA



Como devemos responder aos actuais desafios da vida política portuguesa? Antes de mais devemos recusar a mera gestão da conjuntura. O conformismo só poderá conduzir-nos ao arrastamento dos problemas, pela ilusão de que haverá uma qualquer solução mítica ao virar da esquina. A vida democrática não pode acomodar-se a uma sucessão de soluções míticas. Temos de assumir a audácia de mobilizar a opinião pública para as tarefas práticas que a sociedade tem de defrontar, devendo o Estado assumir, cada vez mais, a função de catalisador de iniciativas, de regulador de conflitos e de diferenças e de mobilizador das energias disponíveis, em lugar da tentação de tudo dirigir ou de se limitar à função de espectador. Muitos dos discursos populistas que continuam a ouvir-se, com preocupante insistência, assentam na lógica do Estado messiás, a quem tudo se pede e de quem tudo se deseja, como se fosse possível satisfazer tudo e todos ao mesmo tempo e ilimitadamente. O Estado Social está em

transformação. A abertura de fronteiras, a mundialização, a mobilidade, a inovação científica e técnica, a emergência da economia do saber e da sociedade da informação obrigam a compreender que muita da insatisfação sentida pelos nossos cidadãos deve-se ao esgotamento das bases do contrato social do pós-guerra. Se o modelo do Relatório Beveridge funcionou bem depois de 1945 na Europa saída da guerra, a verdade é que tal êxito se deveu à inexistência anterior de mecanismos eficazes de protecção e de garantias sociais para os cidadãos e à necessidade de abrir caminho a uma segurança social universal. Hoje, a relação entre os activos e os não activos e a ineficiência das Administrações públicas centralizadas obrigam a preparar o futuro, não numa lógica neoliberal e desresponsabilizadora do Estado, mas numa nova perspectiva de solidariedade cívica. Em lugar do igualitarismo cego e injusto, é indispensável pôr no ordem do dia princípios novos: como o combate à exclusão pela diferenciação positiva, a procura de parcerias com iniciativas da

sociedade, a compreensão das diferenças entre grupos e gerações, a descentralização efectiva das decisões ou a proximidade na administração e na prestação de contas. Só um modelo aberto de solidariedade cívica, que actualize as soluções da social-democracia - ligando solidariedade e emancipação, cidadania activa e responsabilidade partilhada - poderá preencher o espaço das actuais dúvidas e das perplexidades. Os discursos populistas, do tudo para todos e do espontaneísmo dos mercados, só poderão conduzir à fragmentação social, ao agravamento dos conflitos e ao enfraquecimento da coesão social. Eis porque devemos rejeitar dois caminhos fáceis: o do fatalismo de um atraso atávico e inexorável e o do sebastianismo das soluções populistas. Do fatalismo são aliados o conformismo e a gestão de curtíssimo prazo. O sebastianismo é postulado pelas ilusões das mudanças súbitas, que confundem política e magia. Advoguem, sim, o gradualismo audacioso e determinado. Percebamos que a República moderna

precisa de integrar as diferenças e os conflitos, assumindo a coesão e a confiança, entre grupos e gerações, como factores de solidariedade cívica. Por outro lado, a convergência real com os nossos parceiros europeus só existirá, de modo consistente, se apostarmos numa ligação íntima entre a igualdade de oportunidades (na educação, na formação, no emprego, na fiscalidade, na sociedade e na economia) e a afirmação de uma iniciativa inovadora e dinâmica. Se nos esquecermos disso, arriscamo-nos a cair no binómio fatalismo/sebastianismo e na persistência do atraso, com uma estranha aliança entre o proteccionismo e a omnipresença do subsídio. Façamos, assim, o cidadão sentir o serviço público e a vida política como espaços seus de autonomia e de responsabilidade, em vez de exigir milagres à governação. Prestigiar a vida política passa por mais confiança entre os cidadãos e o Estado. E a governabilidade moderna exige vontade, rigor, prestação de contas, justiça e qualidade.

In-Expresso



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Aguarelas em Albufeira

A mostra de pintura «Aguarelas», de Peter Welsfield, encontra-se aberta ao público, até ao fim do mês, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros, diariamente – excepto domingos e feriados – entre as 10 e 30 e as 17 horas.

Encontro em Fafe

O XVI Encontro de Cantores de Reis do concelho realiza-se na noite do próximo sábado, dia 6, a partir das 21 e 30, no Pavilhão Municipal, naquele que é o arranque do programa de animação da autarquia fafense. Participam no evento 17 grupos de cantadores ligados a colectividades de cultura, desporto e recreio. Extraconcurso e enquanto não é conhecido o vencedor, actuará o Grupo Coral Infantil e Juvenil de Regadas.

Vídeo em Guimarães

Amanhã, pelas 10 e 30, na sala polivalente da Biblioteca Municipal Raúl Brandão, os mais pequenos poderão ver o vídeo «Teletubies – Brinquedos Preferidos». As Reisdadas decorrem este domingo, dia 6, a partir das 14 horas, em Instituições Particulares de Solidariedade Social e no Estabelecimento Prisional de Guimarães. «Imaginary Homeland» é o título da exposição de pintura de Routh Rosengarten, patente, até ao dia 26, no espaço cultural JM Gomes Alves. Até ao dia 11 poderá ver «Anatomia», uma realização de Stefan Rozowitzky, em exibição no Cinema São Mamede. Na terça-feira, dia 9, pelas 21 e 30, será exibido o filme assinado por Leonard Goldberg, «Os Anjos de Charlie», no Auditório da Universidade do Minho. Um dia depois (quarta, 10 de Janeiro),

às 22 horas, assista a uma «Conversa com Poesia», com a Pedra Formosa, no Bar da Associação Convívio.

Música em Lisboa

A Academia Bizantina, sob a direcção de Ottavio Dantone, apresenta-se hoje, no palco do Grande Auditório do Centro Cultural de Belém (CCB) para um espectáculo musical, previsto para as 21 e 30, onde participam como solistas a meio-soprano Sonia Prina e o violinista Stefano Montanari. Amanhã, nas salas de cinema lisboetas poderá assistir à estreia de «Possuídos», «Infidelidades», «Nora» e «Anatomia». No mesmo local e horário actua, no dia 6, aquela que já foi chamada a «embaixadora da canção francesa» e/ou «musa do existencialismo: Juliette Gréco. Um recital intitulado «Os Clássicos do Quarteto de Cordas» e preenchido com obras de Haydn, Mozart e Beethoven, realiza-se este sábado, no Pequeno Auditório do CCB, a partir das 18 e 30. O espectáculo, acompanhado de comentários de Alexandre Delgado, um dos membros do Quarteto Lacerda, será o primeiro de uma série que o CCB irá propor ao público durante a temporada deste ano.

Postais em Lousã

«Gravuras e Postais de Natal» é a designação da mostra que se encontra patente ao público, no átrio da Biblioteca Municipal, até ao dia 14.

Cinema em Paredes de Coura

«Snatch – Porcos e Diamantes» é a película de Guy Ritchie, com Benicio Del Toro, Bard Pitt e Dennis Farina, que poderá ver no cinema local nos dias 6 (21 e 30) e 7 (15 horas e 21 e 30).

Espectáculo no Porto

Este domingo, dia 6, à noite, o músico dos míticos The Doors – Ray Manzarek – actuará no Coliseu portuense.

Cantares em Santo Tirso

Numa iniciativa organizada pela autarquia local e que já faz parte do roteiro folclórico concelhio há vários anos, decorre, no dia 6 (sábado), às 21 e 30, na Câmara Municipal, o «Cantar os Reis». Assim, o átrio dos Paços do Concelho vai receber cerca de 300 participantes em representação de 11 grupos folclóricos.

Concerto em Sesimbra

No sábado, dia 6, às 21 e 30, a Igreja Matriz de São Tiago será palco de um concerto de Ano Novo, a cargo do Grupo Coral de Sesimbra, acompanhado pela Orquestra de Câmara Lusitânia.

Artes em Sintra

Os trabalhos do pintor João Ayres encontram-se exibidos, até dia 14, no primeiro piso da Galeria Municipal de Fitaes. No segundo andar do mesmo espaço cultural e até meados deste mês poderá visitar uma mostra dos alunos finalistas do Curso de Iniciação à Escultura do Centro Internacional de Escultura, constituída por obras de António Domingues, Anabela do amaral, Francisco Guerreiro, Jeanine Forjaz, João Renato, Magina, Mila e Raquel Proença.

Presépios em Vila Real de Santo António

Até ao próximo sábado, dia 6, poderá visitar e apreciar a exposição de presépios, patente no Centro Cultural António Aleixo.

SUGESTÃO

ROSTO DE MULHER

As falecidas atrizes Marlene Dietrich e Greta Garbo são duas das protagonistas que vão ser homenageadas em Coimbra, a partir do dia 8, no âmbito dum ciclo de cinema intitulado «Quando as estrelas tinham rosto de mulher».

O primeiro «rosto» a ser recordado é a norte-americana Lillian Gish (1896-1993), protagonista da obra «O Lírio Quebrado», de 1919, a exibir na segunda-feira. Gloria Swanson (1899-1983), também nascida nos Estados Unidos, tem o «seu dia» a 9 de Janeiro, como principal intérprete em «A Força de um Querer», de 1920.

A estrela de «A Boceta de Pandora», de 1926, é a americana Louise Brooks (1906-1985), que o TAGV evoca no dia 15. O dia 16 é reservado a «A Fera Amansada», de 1929, e à actriz Mary Pickford (1892-1979), do Canadá. No dia seguinte, surge na tela «O Diabo é uma Mulher», protagonizado pela alemã Marlene Dietrich (1901-1992) em 1935.

A sueca Greta Garbo (1905-1990) encerra o ciclo de cinema dedicado à mulher, no dia 18, no principal papel de «A Lenda de Gosta Berlings», de 1924. Todos os filmes são exibidos às 18 horas e às 21 e 45.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Habitante sensível

Viajo em ti,
Rua a rua.
Em cada registo
Te recordo e logo esqueço.

Se te penso
É sempre um amanhã,
Uma página
Que se adia.

Chamo por ti
E a espera é sempre igual.
Só quando te sonho
Te encontro real.

Eduardo Aroso
In «Habitante Sensível»

FOTOGRAFIA
Marcelo Buainain

**«Índia,
quantos olhos
tem uma alma»**

Até 7 de Janeiro
Sala Laman
Centro Cultural de Belém
Entrada Gratuita





PÉROLAS

Não foi fácil para mim escolher o assunto a tratar esta semana. Não por ausência de matéria, apesar da época festiva que se atravessa, mas exactamente pela multiplicidade de factos que valeria a pena comentar. Podia escrever sobre a verdadeira «ressurreição» do euro, ocorrida na sequência de uma Cimeira minimalista e por todos lida como de escasso sucesso, o que torna o fenómeno mais relevante mas, sobretudo, realça a alteração em curso na relação entre a economia americana e a economia europeia. Ainda bem que assim é pois o euro (e um euro forte) é uma condição indispensável para uma forte integração da economia europeia e sobretudo é um sinal de força que tem de ser valorizado. Pensei também em abordar o tema do referendo sobre política europeia que algumas forças partidárias se preparam para colocar na agenda política. Com uma nova Conferencia Intergovernamental marcada para 2004, na qual se pretende desenhar e consolidar uma nova arquitectura para a Europa este tema

começa a ser incontornável na sociedade portuguesa. Há apenas que o ajustar aos comandos constitucionais vigentes e sobretudo ao interesse do País. Também podia falar sobre a evolução da receita e despesa pública em 2000, que não foi fácil nem calma mas que, apesar das dificuldades que se estão a sentir nos últimos dois meses do ano, parece capaz de comprovar a execução do défice que fora prevista e contratualizada com a União Europeia. Podia ainda falar sobre a «Reforma Fiscal», finalmente aprovada e que se não houver incidentes de percurso (a começar na promulgação do Presidente da República) iniciará irreversivelmente um processo de correcção e justiça social muito considerável e respeitável. Podia falar disto tudo mas acabei por ficar fascinado com as «pérolas» contidas, exactamente a propósito da reforma fiscal, num comunicado do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários. Para este «representativo» Sindicato «a reforma fiscal é uma sentença de morte para o sector financeiro», «a violação do sigilo

bancário, agora legalizada, conduzirá à quebra de confiança dos portugueses e à fuga de capitais», «será a Suíça e os paraísos fiscais a beneficiar do dinheiro português», «impõe-se um minuto de silêncio (?) por alma da bolsa e mercado de capitais portugueses que foram executados sumariamente», etc., etc. e «esta reforma fiscal é uma oferta aos perdedores do 25 de Novembro». Não é brincadeira de Carnaval, estamos em Dezembro, mais concretamente no ano da graça de 2000. Comunicado assim só me lembra de um outro da responsabilidade dos bancários do PSD, que apareceu nos finais do ano de 1975, onde se reclamava a privatização total de economia portuguesa e a passagem rápida para a autogestão do sector financeiro, de forma a «quebrar a espinha» aos capitalistas e financeiros do país. Serão os actuais dirigentes do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários os legítimos herdeiros, ao nível do verbo, dos «revolucionários de 1975»? É uma explicação possível! Agora que é difícil gerir uma paróquia que produz dirigentes tão «esclarecidos» quanto estes, lá, isso é.

Reforma fiscal tem de avançar»
Jorge Sampaio
Cinema de Faro, dia 2 de Janeiro

«Não haja confusão, no dia 14 não se está a julgar o Governo»
Idem, ibidem


«Queremos um Estado forte, legitimado pelo voto e que decida os caminhos a favor do utentes, seja na justiça ou na saúde. Um Estado que não seja forte contra os fracos e fraco contra os fortes.»
Idem, ibidem

«O Estado carece de ser defendido e reformado – mas não desmantelado»
Mário Soares
Diário de Notícias, 27 de Dezembro

«Sofremos 48 anos de interminável ditadura, obsoleta e obscurantista, que nos deixaram marcas dificilmente apagáveis»
Idem, ibidem

«Não desconheço as manchas de pobreza, de illiteracia, de subdesenvolvimento que ainda tanto nos afligem»
Idem, ibidem

«Desvalorizar a eleição presidencial é diminuir o próprio regime democrático constitucional»
Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

